

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA**

**MARIA JACIELY VIEIRA SANTANA**

**POLITICA, IDEOLOGIA E ESCOLA**

**Delmiro Gouveia/AL – Brasil  
Outubro - 2020**

**MARIA JACIELY VIEIRA SANTANA**

## **POLITICA, IDEOLOGIA E ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado  
ao curso de Pedagogia, para obtenção do Grau  
de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Me. Gercinaldo Moura

**Delmiro Gouveia/AL – Brasil**  
**Outubro - 2020**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca do Campus Sertão**  
**Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S232p Santana, Maria Jaciely Vieira

Política, ideologia e escola / Maria Jaciely Vieira Santana. –  
2020.

62 f. : il.

Orientação: Gercinaldo Moura.

Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.  
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2020.

1. Educação. 2. Política. 3. Ideologia. 4. Estado. 5. Escola sem  
partido. I. Título.

CDU: 37.01:32

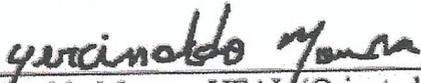
## Folha de Aprovação

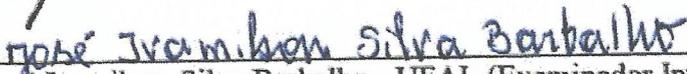
**Autor: Maria Jaciely Vieira Santana**

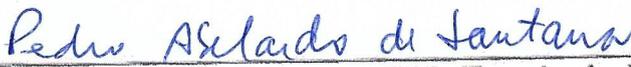
## **Política Ideologia e Escola**

Trabalho de Conclusão de Curso submetida  
ao corpo docente do Curso de Licenciatura  
em Pedagogia da Universidade Federal de  
Alagoas – Campus do Sertão - aprovada em  
16 de Outubro de 2020.

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Msc. Gerinaldo Moura - UFAL (Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Ivamilson Silva Barbalho - UFAL (Examinador Interno)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Pedro Abelardo de Santana - UFAL (Examinador Externo)

## Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu herói, meu pai, por te me incentivado a voar. Dedico a minha mãe por ter voado junto comigo. E a todos aqueles que mesmo diante das dificuldades, não desistiram de mim.

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, por se dedicarem a mim de uma forma grandiosa, por sempre me incentivarem a continuar e nunca a desistir, é impossível não amar vocês.

Aos meus irmãos, que no momento de angustias e desesperos, me fizeram sorrir e gargalhar, por sempre me apoiarem e principalmente por nunca terem falado aos nossos pais que eu usava os trabalhos da faculdade como desculpas pra não fazer os trabalhos domésticos, vocês fingiam acreditar e eu fingia que acreditava em vocês. Amo cada um de vocês com tudo o que sou, que prevaleça em nós essa união, esse amor e esse companheirismo, um por todos na vida, menos nas refeições.

Aos meus amigos, por todas as vezes que me proporcionaram momentos de leveza e de orações, vocês me sustentaram de uma maneira grandiosa.

Em especial a Kelly Suzana, por dividir comigo uma amizade desde a infância que se fortaleceu durante os quatro anos que moramos juntas em Paulo Afonso, obrigada por ter sido minha amiga, minha mãe e minha irmã, você terá um lugar especial no meu coração apesar de não ter me convidado por seu noivado.

A família de Tio Neco, por todas as vezes que facilitaram a minha ida a Delmiro, a Daiane, meu leãozinho por todas as impressões que foram necessária.

Ao meu aconchego, por todas as noites de conversas e de risadas, que por muitas vezes fizeram sumir o estresse.

Aos meus familiares, a toda minha família Vieira e Santana, por todo apoio emocional e financeiro, sei que sem vocês eu não chegaria a nenhum lugar, um agradecimento especial para todas as minhas tias, que sempre serão pra mim exemplos de forças e de superação.

Aos meus familiares, (em memória), por que eu sei que de onde vocês estão, estão torcendo por mim.

A minha sobrinha Maria Cecilia, que todas as vezes quando eu estava fazendo o TCC ela olhava pra mim e perguntava: "Vamo binca?", e todas as

vezes eu ia com ela, na certeza que ela iria me tirar do estresse, e todas as vezes ela conseguia.

As minhas primas Polly e Magda, por dividirem comigo as reclamações de todos os trabalhos que tínhamos que fazer, amo vocês.

Ao meu orientador Gercinaldo, por todo respeito e profissionalismo, a cada orientação crescia em mim a certeza da escolha certa, agradeço por todas as vezes que você me orientou com precisão e humildade, sempre se mostrando humano, me encorajando e me fortalecendo, agradeço com todo o meu coração.

Aos professores, não somente da UFAL, mas, todos. Desde os educadores da Educação básica ao superiores, obrigada a cada um de vocês, cheguei até aqui por que passei por vocês. De cada um levarei lembranças adoráveis e inesquecíveis.

A todos os colegas de classes, a sala pedagogia 2015.2 será inesquecível na minha vida, todos os meus colegas terão um lugar especial nas minhas lembranças, entre eles destaco, Ana Clara minha parceira de estagio, obrigada por mim ensinar a ser forte e por sempre ser persistente. Rosivânia, a menina mulher que aprendi a amar e a respeitar, obrigada por todos os abraços sinceros. A Maria Iviane, por sempre ser presença de Deus na minha vida.

E claro, as luluzinhas, por terem acolhido essa baiana de uma maneira tão cariosa e louca! Vou morrer de saudades de cada de uma, do carinho de Paty, das risadas de Giss, da força de Aninha e dos seus comentários tão mordaz, da Vibe de Flavia, das nossas fotos e principalmente de todo o tempo que passamos juntas. Eu amo vocês mil milhões e eu sei que é loucura, mas amar vocês é inevitável, é ou num é?

E rendo a Deus um grande louvor de agradecimento por ter colocado na minha vida cada pessoa que citei e por todas aquelas que de alguma forma me ajudaram.

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”*

*(FREIRE, Paulo)*

## RESUMO

O presente trabalho aborda as influências das ideologias partidárias no processo de ensino e mostra a escola como um campo de disputa entre as ideologias presentes na sociedade, fazendo dela um aparelho ideológico de Estado. Compreendendo o quanto que as influências ideológicas estão influenciando o processo de ensino nas escolas e o quanto que as escolas estão sendo usadas como meio de reprodução das classes, fazendo com que as diferenças social, econômicas e culturais continuem a existirem na sociedade. A pesquisa tem um caráter bibliográfico, se deu a partir das Análises dos livros com discursos de filiação marxista, e um a análise acerca do programa e o movimento escola sem partido desde a sua criação ao debate que o envolve por meio de sites, entrevistas dada pelo seu coordenador e por meio dos projetos de leis. Por meio deste trabalho nota-se a importância de um sistema escola que preze por uma educação de qualidade, transformadora, fazendo da escola um lugar onde a educação possibilite aos estudante uma vida mais justa, fazendo deles indivíduos autores da sua própria história, livre de ideologias que tem como caráter reproduzir as desigualdades sociais. Os educadores devem e podem por sua autonomia em sala de aula lutar por uma educação transformadora para os estudantes, por meio do seu ofício, respeitando todos os estudantes. Contribuindo para a formação de um ser humano crítico, com capacidade de entender a realidade do mundo a sua volta, capaz de agir conforme seus ideias, respeitando as diversidades sociais, fazendo assim, com que a escola seja um lugar de experiência e vivência voltada para uma educação que vá além do mercado de trabalho, deixando de lado a reprodução das classes dominantes.

**Palavras-chave:** Estado. Aparelho ideológico. Reprodução. Educação. Escola sem partido.

## RESUMEN

El presente trabajo aborda las influencias de las ideologías partidistas en el proceso de enseñanza y muestra la escuela como un campo de disputa entre las ideologías presentes en la sociedad, convirtiéndola en un aparato ideológico de Estado. En ese sentido, busca comprender cuánto influyen las influencias ideológicas en el proceso de enseñanza en las escuelas y cómo ellas son utilizadas como medio de reproducción de las clases, haciendo con que las diferencias sociales, económicas y culturales continúen existiendo en la sociedad. La investigación tiene un carácter bibliográfico, tuvo lugar desde el análisis de los libros con discursos de afiliación marxista, a partir de los cuales fueron analizados el programa y el movimiento Escuela sin partido desde su creación hasta el debate que lo rodea a través de sitios web, entrevistas con su coordinador y a través de proyectos de ley. A través de este trabajo, se destaca la importancia de un sistema escolar que valora la educación de calidad, transformadora, haciendo de la escuela un lugar donde la educación permite a los estudiantes tener una vida más justa, convirtiéndolos en autores individuales de su propia historia, libres de ideologías que tenga el carácter de reproducir desigualdades sociales. Los educadores deben y pueden poner, a partir de su trabajo, su autonomía en el aula, luchar por una educación transformadora para los estudiantes, respetándolos a todos. De esta manera, contribuirá a la formación de un ser humano crítico, con la capacidad de entender la realidad del mundo que le rodea, capaz de actuar según sus ideales, respetando las diversidades sociales, haciendo de la escuela un lugar de experiencia centrada en una educación que va más allá del mercado laboral, dejando de lado la reproducción de las clases dominantes.

**Palabras-clave:** Estado. Aparato ideológico. Reproducción. Educación. Escuela sin partido.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIE	Aparelhos Ideológicos Escolar
AIP	Aparelhos Ideológicos Políticos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e da Cultura
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
CF	Constituição Federal
MESP	Movimento Escola sem partido
PL	Projeto de Leis
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PR	Partido Republicano
PP	Partido Progressista

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. UMA ABORDAGEM TEÓRICA AO CONCEITO IDEOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
2.1 A ideologia no Brasil.....	27
<b>3. O ESTADO E A EDUCAÇÃO.....</b>	<b>31</b>
3.1. Organização do Estado Brasileiro.....	35
3.2 A Educação como Direito no Brasil.....	36
3.3. Escola como aparelho ideológico de Estado.....	42
<b>4. A ESCOLA SEM PARTIDO: MOVIMENTO E PROGRAMA.....</b>	<b>46</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>57</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O termo ideologia não é um ponto pacífico entre os diversos pensadores que tratam desta questão. Segundo Lowy 1992, o termo foi utilizada pela primeira vez, no século XVIII, por um filósofo Frances Antoine Destutt de Tracy, no seu livro, “Eléments d’Idéologie”, “estudo científico das ideias”.

Para Destutt de Tracy, o estudo da ideologia possibilita ter o conhecimento da verdadeira natureza humana. Ao escrever o livro, não tinha em mente construir um saber pelo saber, e sim voltado para a prática.

Após a publicação de Eléments D’Idéologie, o termo ideologia já ganhará um outro sentido, eminentemente negativo. Isto aconteceu por meio do significado que Napoleão Bonaparte atribuiu ao termo ideologia, ao cancelar o ensino da disciplina Ciência Moral e Política no Institut de France

Por um lado, autores como Michel Löwy, Karl Manheim, Althusser, dentre outros, a entendiam como sendo visões de mundo, enquanto que por outro lado, existiram filósofos, tal como Karl Marx, que a enxergavam como sendo uma mentira velada que escondia a concepção da realidade.

Segundo Marx (Ideologia Alemã), A ocultação da origem real das ideias na vida material da sociedade contribui a reprodução das ideias dominantes em uma sociedade e por consequência, das formas de dominação nela encontradas que deste modo são aceitas, sem questionamentos, não estando sujeitas à crítica. Com isso, nasce a famosa tese de que sempre num dado momento histórico onde as ideias da classe dominante são as ideias dominantes.

Para Althusser 2007, “a categoria do sujeito é constitutiva de qualquer ideologia, mas, ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos que a categoria do sujeito só é constitutiva de qualquer ideologia na medida em que toda ideologia tem a função (que a define) de “constituir” indivíduos concretos como sujeitos.” A ideologia tende a definir o sujeito e a constituir os indivíduos conforme o objetivo da ideologia, dando sentido ao indivíduo e a ideologia.

O autor ainda afirma que “homem é um animal ideológico por natureza”.

Partindo desse intento, a ideologia para Althusser é muito mais afundo das representações ou de um esquema e ideias que se tornam sistemas imaginários. Isto faz com a que a ideologia tome uma forma a partir de um aspecto em específico: a luta de classes. Em Específico, os aspectos ideológicos tendem a estabelecer uma relação imaginária dos homens com as suas verdadeiras condições materiais de existência (ALTHUSSER, 1958).

Segundo afirma o próprio Althusser, as ideias peculiar da crença do sujeito individual são “seus atos materiais, inseridos em práticas materiais, regidas por rituais materiais, os quais, por seu turno, são definidos pelo aparelho ideológico material de que derivam as ideias desse sujeito” (id.: 130).

Entre elas o autor afirmar que os AIE, o Aparelho Ideológico do Escolar, é o maior meio de reprodução atualmente existente, visando que a escola tem sobre o seu domínio os alunos desde a pré-primária, tem sobre seu cargo todas as de todas classes, ensina-lhe por um longo tempo, ensinando lhe os saberes básicos, o cálculo, a história, as ciências, a literatura e a ideologia que permanece no centro, a moral, filosofia, instrução cívica, levando em consideração que a escola tomou o lugar da igreja em comparação do saber.

Além do AIE, o presente trabalho também apontará o AIP (Aparelhos Ideológicos Políticos), esses dois aparelhos do Estado estão interligados por meio dos sistemas que o envolvem e por meio das intenções de reprodução das classes dominadas.

Os AIP, são um dos AIP de Estado, que agem no meio da sociedade com as suas ideologias partidárias, cada uma de acordo com os seus pensamentos. Os partidos são formados por pessoas que tem em comum uma mesma convicção políticas, fazendo com o que os mesmos representem se, elaborando um plano de governo que demonstre os interesses de seus ideias.

Nesta perspectiva, as escolas estão usadas como um aparelho ideológico do Estado, com seu currículo, falta de interação dos assuntos com a realidade dos alunos, com um sistema de reprovação ativo. O Estado esfera política que tem como obrigação prover os direitos e salientar os deveres do cidadãos, e ao invés de promover tais ações estão usando o sistema escolar como meio de

reproduzir suas ideologias partidárias, fazendo com que a cada novo governo as escolas adotem um novo sentido e um novo sistema escolar.

Os autores brasileiros se aventuraram a estudar e a pesquisar sobre o tema, deixando suas concepções e análises, entres os pensadores nacionais está Marilena Chauí, Leandro Konder, João Francisco e outros autores.

Por tanto, indaga-se o quanto que as influencias ideológicas estão influenciando o processo de ensino nas escolas. Os colégios estão sendo usados como meio de reprodução das classes. Fazendo com que as diferenças social, econômicas e culturais continuem a existirem na sociedade.

Pensando nesta perspectiva, cabe a nós pensamos um meio para que este tipo de ação ideológica chegue ao fim, libertando os dominados ideologicamente.

Chauí 2006, Afirma que “A ideologia esconde que nasceu da luta de classes para servir a uma classe na dominação.” A ideologia dominante da burguesia esconde de onde surgiu devido ao fato que eles (burgueses) já foram dominados pelo o sistema social Aristocrático, lembrar da sua história é lembrar aos dominados a classe de proletário que eles também podem derrubar um sistema, como já vem dizer Chauí “Os burgueses destruíram a ideologia aristocrática e os trabalhadores podem destruir a ideologia burguesa.” Lembrando que toda ideologia pode ser quebrada, quando os dominados enxergam o que de fato acontecem ao seu redor, fazendo se um novo confronto e uma nova lutas de classes.

Pretende-se neste trabalho abordar a importância de uma sistema escolar que preze por uma educação no qual o sujeito seja protagonista da sua própria história, sem ser formado por ideologias que não conduz com a sua realidade. Mostrando o quanto o sistema escolar tem um poder sobre a sociedade por meio do seu ofício, e como ela pode ser usada como um aparelho ideológico do Estado, fazendo com que a dominação da classe dominante se perpetue por meio do seu sistema.

Com este trabalho, intensificaremos os estudos sobre as ideologias e sobre os Aparelhos ideológicos de Estado, sobre tudo sobre o AIE e o AIP, acreditamos que quanto mais conhecimentos sobre as ações das ideologias na nossa sociedade haverá mais chances deste sistema ser derrubado, a falta de conhecimento é um dos principais motivos para a existência das ideologias dominantes das classes sociais burguesas.

A pesquisa se deu a partir da Análise dos livros com discursos de filiação marxista, com um caráter bibliográfico, considerando, como Cavalcante (2007, p. 10), que nesse tipo de análise “[...] interessa não o que uma palavra ou expressão significa, mas como funciona no discurso, na conjuntura histórica em que ela é enunciada”. O resultado está organizado duas seções temáticas, além desta seção introdutória e das considerações finais.

Na primeira seção temática, tratamos de caracterizar o referencial teórico-metodológico sobre o termo ideologia e o seu surgimento, a partir do qual trabalhamos, refletindo, na esteira do marxismo, A partir do filósofo Althusser mostraremos a relação da ideologia com a reprodução social por meio dos aparelhos ideológicos do Estado, principalmente sobre o AIE e o AIP. É também nesta seção que apresentamos as teorias brasileiras sobre a ideologia.

Na segunda seção temática, apresentamos os setores por onde as ideologias se tornam matérias, por meio do Estado, da escola e através da educação que é fornecida. Mas antes disto mostramos como o Estado é organizado e quais são suas funções na sociedade, logo em seguida, trazemos a educação como direito e um breve resumo do seu percurso histórico até hoje na atualidade, por fim, trazemos o papel da educação e da escola na sociedade e na vida dos sujeitos que são inseridos nelas.

Na terceira e última seção temática, apresentamos o programa Escola sem partido, o movimento e os projetos de Leis, mostrando desde a sua origem e o seu objetivo e olhar acerca da educação brasileira, mostrando também o debate acerca desta temática.

Foi, portanto, considerando que, Chauí 2006 “Os burgueses destruíram a ideologia aristocrática e os trabalhadores podem destruir a ideologia burguesa.” que possamos nos aventurarmos a buscar um novo sistema onde possamos ser de fato livres de toda ideologia, mas, para é necessário quebrar o sistema que nos é imposto por meio dos aparelhos ideológicos.

## 2. UMA ABORDAGEM TEÓRICA AO CONCEITO IDEOLOGIA

O termo ideologia não é um ponto pacífico entre os diversos pensadores que tratam desta questão. Segundo Lowy 1992, o termo foi utilizada pela primeira vez, no século XVIII, por um filósofo Frances Antoine Destutt de Tracy, no seu livro, “Eléments d’Idéologie”, “estudo científico das ideias”.

Para Destutt de Tracy, o estudo da ideologia possibilita ter o conhecimento da verdadeira natureza humana. Ao escrever o livro, não tinha em mente construir um saber pelo saber, e sim voltado para a prática. A motivação para conhecer a natureza humana abrigava um projeto pedagógico: o de pensar o ensino levando em conta a maneira real através da qual os homens formulavam ideias.

No seu entendimento, isto ajudaria colocar a ciência das ideias a serviço da educação e, portanto, da sociedade.

Após a publicação de Eléments D’Idéologie, o termo ideologia já ganhará um outro sentido, eminentemente negativo. Isto aconteceu por meio do significado que Napoleão Bonaparte atribuiu ao termo ideologia, ao cancelar o ensino da disciplina Ciência Moral e Política no Institut de France. Em um discurso em 1812, Napoleão Bonaparte acusou Destutt de Tracy e outros professores da disciplina Ciencia Moral e Política, de estarem contra ao seu governo, e que estavam fazendo ideologia, no sentido de especulação abstrata, falsa e irresponsável sobre o seu governo. (Wolkmer, 1995:93)

Intelectuais do dia a dia de Napoleão Bonaparte, entre os quais o romancista François de Chateaubriand, atribuíram aos termo ideologia sentido pejorativo em círculos políticos e eruditos. Conforme explica Terry Eagleton (1997, p.68), por ser motivo de divergência o termo ideologia foi modificado por diversas vezes por diferentes filósofos que lançaram nessa discussão acerca deste conceito.

Por um lado, autores como Michel Löwy, Karl Manheim, dentre outros, a entendiam como sendo visões de mundo, enquanto que por outro lado, existiram

filósofos, tal como Karl Marx, que a enxergavam como sendo uma mentira velada que escondia a concepção da realidade.

O conceito de ideologia é controverso, quando estudado durante a história da humanidade, como também a pensadores que acreditam que as concepções ideológicas são refletidas nas ações dos seres humanos.

Os iluministas entendiam que a razão humana, poderia fazer com que o indivíduo se afastasse das suas crenças. Por outro lado, existem autores, como Louis Althusser, que acreditam que dificilmente será possível que aconteça esse afastamento, já que as visões de mundo estão intrinsecamente ligadas à consciência do indivíduo. Essa discussão acerca da importância da ideologia nas atitudes humanas torna-se relevante, sobretudo quando inseridas no campo da Educação.

O termo ideologia, segundo Lowy (1994 p.10), é usado por Karl Marx, que passa a entendê-lo como uma falsa consciência, uma verdade que não é revelada, que corresponde a um grupo social dominante. Ou seja, “seria um conjunto de ideias especulativas e ilusórias (socialmente determinadas) que os homens formam sobre a realidade, através da moral, da religião, da metafísica, dos sistemas filosóficos, das doutrinas políticas e econômicas etc” (LOWY, 1994, p.10).

Segundo Marx (Ideologia Alemã), A ocultação da origem real das ideias na vida material da sociedade contribui a reprodução das idéias dominantes em uma sociedade e por consequência, das formas de dominação nela encontradas que deste modo são aceitas, sem questionamentos, não estando sujeitas à crítica. Com isso, nasce a famosa tese de que sempre num dado momento histórico onde as idéias da classe dominante são as ideias dominantes.

Uma teia de pensamentos que escondem o verdadeiro sentido das ações feitas por aqueles que exercem algum poder. A Ideologia é a melhor forma de se influencia uma sociedade, por outro lado á quem diga, que a ideologia é muito mais que uma forma de dominação sobre algo ou alguém, é uma filosofia que possibilita uma nova forma de politizar o outro. Por ser um assunto que geram muito debate polêmico, uma vez que englobam diversos contextos e opiniões, tudo isso por que a ideologia causa uma grande mudança

na sociedade e na sua sociabilidade. A ideologia é a última ciência possível, a ciência da ideia. Pode-se também considerar, com Roland Barthes “a ciência da ideia entendendo se que esta domina” (1973:53-54).

### Segundo Löwy

“É difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo, tão cheio de significados, quanto o conceito de ideologia. Nele se dá uma acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedades, de ambiguidades, de equívocos e de mal-entendidos, o que torna extremamente difícil encontrar o seu caminho nesse labirinto”. (Löwy, 2003:11)

A “ideologia” está presente em várias áreas de conhecimento, na filosofia, na sociologia, na política e entre outras.

Segundo o autor Althusser 2007, “(...) não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos. O que significa: não existe ideologia a não ser para sujeitos concretos, e essa destinação da ideologia só é possível pelo sujeito, ou seja, pela categoria de sujeito e seu funcionamento” (p. 131)

Por tanto a ideologia é feita pelo o sujeito e para o sujeito, fazendo com que os sujeitos se entalecem por meios de suas próprias ideologias se tornando serem ideológicos da sua própria ideologia criados por eles e para eles, fazendo com que suas ações sejam movida por meios das ideologias presentes em si mesmo, fazendo com que a ideologia se torne ação no meio da sociedade.

Para Althusser 2007, “a categoria do sujeito é constitutiva de qualquer ideologia, mas, ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos que a categoria do sujeito só é constitutiva de qualquer ideologia na medida em que toda ideologia tem a função (que a define) de “constituir” indivíduos concretos como sujeitos.” A ideologia tende a definir o sujeito e a constituir os indivíduos conforme o objetivo da ideologia, dando sentido ao indivíduo e a ideologia.

O autor ainda afirma que “homem é um animal ideológico por natureza”, o homem tem a capacidade de pensar e agir conforme seus pensamentos e decisões, o homem também pode fazer da suas ações, ações reprodutoras de outras ações feitas por outro ser humano.

“Portanto, a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos. Já que a ideologia é eterna, devemos agora eliminar a forma temporal em que expusemos seu funcionamento e dizer: a ideologia sempre já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que

equivale a deixar claro que os indivíduos são sempre já interpelados pela ideologia como sujeitos, o que nos leva, necessariamente, a uma última proposição: os indivíduos são sempre já sujeitos. Daí os indivíduos serem abstratos em relação aos sujeitos que eles sempre já são.” (ALTHUSSER, Louis. 2007, p. 134)

Por ser eterna a ideologia sempre estará no indivíduo e na sociedade em que ele conviver, haverá mudanças de ideologias e com isso haverá mudanças sociais por meio dos indivíduos que serão mudados pelas ideologias. É possível notar, que a ideologia se faz presente no meio de nós, embora que por muitas vezes não seja vista ou papável, ela se faz presente, seja na nossa religião, cultura, estudo, crenças, nos partidos políticos, a ideologia é o que forma o sujeito conforme as ideias e o querer dos aparelhos ideológicos utilizados pelo o Estado como uma forma de Reprodução, e é justamente por meios destes aparelhos ideológicos que conseguimos enxergar a ideologia das classes dominantes, a ideologia passa a ser materializada por meio dos aparelhos ideológicos.

Partindo desse intento, a ideologia para Althusser é muito mais afundo das representações ou de um esquema e ideias que se tornam sistemas imaginários. Isto faz com a que a ideologia tome uma forma a partir de um aspecto em específico: a luta de classes. Em Especifico, os aspectos ideológicos tendem a estabelecer uma relação imaginária dos homens com as suas verdadeiras condições materiais de existência (ALTHUSSER, 1958).

Com isso, a noção de ideologia em Althusser é inteiramente de acordo com os postulados de Marx no tocante às classes sociais e, portanto, ao sentido da história. Na verdade, a ideologia estaria a favor de uma determinada classe dominante, cujo objetivo seria impor sua dominação sobre os seus dominados. A partir disto:

[...] transposição imaginária das condições de existência reais: essa causa é a existência de um pequeno grupo de homens cínicos que assentam sua dominação e sua exploração do “povo” sobre uma representação falseada do mundo por eles para subjugar os espíritos pela dominação de sua imaginação (ALTHUSSER, 1958, p. 86-87).

Esta luta é, sobretudo, uma luta ideológica. O movimento dialético da luta de classes se determina essencialmente por este fator, o da ideologia em seu sentido mais elementar, lutar para que a dominação e a reprodução não aconteça, a reprodução das ideologias acontecem por meio da interação social, através dos meios de comunicação seja ela tecnológico ou socialmente por meio de conversas e convívio social, vivemos na sociedade por meio da interação social, estamos em constantes interações uns com os outros, e por meio das dessas interações transmitimos para o outro as nossas crenças, costumes, valores, ideias e práticas.

Segundo afirma o próprio Althusser, as ideias peculiar da crença do sujeito individual são “seus atos materiais, inseridos em práticas materiais, regidas por rituais materiais, os quais, por seu turno, são definidos pelo aparelho ideológico material de que derivam as ideias desse sujeito”.

Nessa perspectiva, como afirma o autor, o termo “ideias” perde a importância que tinha nas concepções tradicionais de ideologia, deixando-se, de outra forma, “sujeito”: ele “age na medida em que ‘é agido’ pelo seguinte sistema (...): uma ideologia existente num aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais regidas por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito que age, com plena consciência, de acordo com sua crença” (id.: 131).

A Vivência material da ideologia acontece por meio dos aparelhos ideológicos de Estado, que se estabelece nas instituições reais, por meio das mesmas se presencia um conjunto de práticas e rituais que nelas permanecem. Para Althusser, a ideologia não seria somente um simples conjunto de discursos ou um sistema de representações imaginárias, mas a ideologia dominante é um poder organizado que age por meio das instituições. Temos que, modernamente, entre os vários aparelhos existentes – igreja, família, sindicatos, partidos.

E faremos notar que estas práticas ideológicas são reguladas por rituais em que elas se inscrevem, no seio da existência material de um aparelho ideológico, mesmo que se trate de uma pequeníssima parte deste aparelho: uma missa pouco frequentada, numa capela, num enterro, um pequeno desafio de futebol numa sociedade desportiva, um dia de aulas numa escola, uma reunião ou um meeting de um partido político, etc. (ALTHUSSER, 1980, p.88).

As ideologias deixam ser somente ideias e passam a se tornar prática de crença, onde o próprio sujeito tem consciência destas práticas e das suas ideias, práticas que se tornam materiais que são regidas pelo o próprio aparelho ideológico que transmite ao Sujeito suas ideologias e ele transforma em práticas consciente.

Os aparelhos ideológicos dos Estado, não é a mesma coisa que os Aparelhos Repressivo do Estado, “O “repressivo” sugere que o Aparelho de Estado em questão “funciona pela violência” (ALTHUSSER, 2013, p. 114).

Os aparelhos de Estado, o repressivo e o ideológico são diferentes, os aparelhos repressivos de Estado, agem por meio da violência para manter a dominação de classes, os aparelhos ideológico agem por meio da ideologia fazendo com que mantenha a dominação, atuam por meios diferentes, mas ambos tem o mesmo objetivo: a dominação de classes.

O aparelho repressivo do estado Segundo Althusser:

[...] o papel do aparelho repressivo de Estado consiste, essencialmente, enquanto aparelho repressivo, em assegurar pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção que são em última análise relações de exploração. Não só o aparelho de Estado contribui largamente para se reproduzir a ele próprio [...] mas também e sobretudo, o aparelho de Estado assegura pela repressão (da mais brutal força física às simples ordens e interditos administrativos, à censura aberta ou tácita, etc.), as condições políticas do exercício dos aparelhos ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1980, p.56).

Segundo a afirmação do autor Althusser (2013, p. 115), a principal forma deste aparelho repressor ter a uma atuação de acordo com seus objetivos é por meio da violência, ele tende a usar força para garantir as reproduções das relações de seu sistema, a relação da exploração.

Se o aparelho repressivo do Estado consegue se solidificar por meio da violência, os aparelhos ideológicos dos Estados conseguem por meio dos seus discursos, pelo o poder da palavra. O autor cita algumas instituições como aparelhos ideológicos: o religioso (igrejas), o escolar (públicas e privadas), o familiar, o jurídico, o político (sistema político e seus partidos), o sindical, o da informação (rádio, televisão e imprensa) e o cultural (esportes, literatura e artes).

Diz Althusser (2013, p. 121):

Cada qual contribui para esse resultado único da maneira que lhe é própria. O aparelho político, submetendo os indivíduos à ideologia política do Estado, à ideologia “democrática” “indireta” (parlamentar) ou “direta” (plebiscitária ou fascista). O aparelho de informação, empanturrando cada cidadão com doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo etc., através da imprensa, do rádio e da televisão. O mesmo se aplica ao aparelho cultural (o papel do esporte no chauvinismo é de suma importância) etc. O aparelho religioso, lembrando em seus sermões, e nas outras grandes cerimônias do Nascimento, Casamento e Morte, que o homem são apenas cinzas, a menos que ame seu próximo a ponto de dar a outra face a quem quer que bata primeiro.

Cada aparelho ideológica assegurar de passar aos sujeitos suas ideologias, sejam esses aparelhos privados ou públicos, não importam suas esferas, do escolar ao sindical, cada um transmite suas ideologias dominantes por meio do discurso e por meio de suas práticas rituais, essas instituições agem por meio de sistemas que possibilitam suas ações no meio da sociedade.

É necessário ressaltar que por mais que o Aparelho repressor aja por meio da violência nele encontra-se, ideologias, e por mais que os aparelhos ideológicos ajam por meio dos discursos e suas práticas rituais, eles também utilizam da coerção, a questão é que os AIE utilizam da ideologia de uma forma que a mesma se sobressai em relação a violência, e o ARE utiliza da violência de uma maneira que a mesma se sobressai sobre a ideologia, fazendo com que cada um destes aparelhos sejam denominado de acordo com a forma mais usada por eles.

[...] o aparelho (repressivo) de Estado funciona de uma maneira massivamente pela repressão (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia. (Não há aparelho puramente repressivo). Exemplos: o exército e a polícia funcionam também pela ideologia, simultaneamente para assegurar a sua própria coesão e reprodução e pelos valores que projetam no exterior [...] os aparelhos ideológicos de Estado funcionam massivamente prevalente pela ideologia embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica. (Não há aparelho puramente ideológico) [...] Assim a escola e as igrejas “educam” por métodos apropriados de sanções, de exclusões, de seleção, etc., não só os seus oficiais, mas as suas ovelhas. Assim a família... assim o aparelho ideológico cultural (a censura, para só mencionar está), etc (ALTHUSSER, 1980, p.47).

A ideologização dos AIE acontecem de uma maneira natural sem gerar conflitos diante dos sujeitos sociais, e isso acontece devido a disciplina que os

mesmo aceita de uma forma natural, sem fazer conflitos, até mesmo quando acontece uma intervenção mais severa.

Entre elas o autor afirmar que os AIE, o Aparelho Ideológico do Escolar, é o maior meio de reprodução atualmente existente, visando que a escola tem sobre o seu domínio os alunos desde a pré-primária, tem sobre seu cargo todas as de todas classes, ensina-lhe por um longo tempo, ensinando lhe os saberes básicos, o cálculo, a história, as ciências, a literatura e a ideologia que permanece no centro, a moral, filosofia, instrução cívica, levando em consideração que a escola tomou o lugar da igreja em comparação do saber.

Os mecanismos que reproduzem este resultado vital para o regime capitalista são atualmente envolvidos e dissimulados por uma ideologia da escola universalmente reinante, visto que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a escola como um meio neutro, desprovido de ideologia (visto que laico...), em que os mestres respeitosos da “consciência” e da “liberdade” das crianças que lhes são confiadas (com toda a confiança) pelos “pais” (os quais são igualmente livres, isto é, proprietários dos filhos) os fazem aceder à liberdade, à moralidade e à responsabilidade de adultos pelo seu próprio exemplo, pelo conhecimento, pela literatura e pelas suas virtudes “libertadoras” [...] contribuem até pelo seu devotamento a manter e a alimentar a representação ideológica da Escola que a torna hoje tão “natural”, indispensável-útil e até benfazeja aos nossos contemporâneos, quanto a igreja era “natural”, indispensável e generosa para os nossos antepassados de há séculos (ALTHUSSER, 1980, p.67-68).

Além, de ser um sistema regido pelo o Estado, que logo é regido por uma ideologia dominante, que utiliza deste aparelho para transmitir suas ideologias, fazendo com que a reprodução aconteça, por meio do currículo e das práticas pedagógicas existente. A escola transmite uma falsa imagem que os conteúdos que são trabalhados, é neutro, justamente para que ninguém tente ou perceba a sua verdadeira intenção, de perpetuar uma ideologia dominante que se encontra no poder, fazendo com que as relações de classes permaneçam sem alteração, visando que a ideologia da escola é a ideologia da sociedade, já que a principal missão da escola é formar indivíduos que estejam pronto para viver em sociedade e exercer sua cidadania na mesma.

A esse respeito Evaldo Vieira, no texto "Estado e Política Social", fala:

"Realizam-se por meio de direção intelectual e moral do grupo dominante, juntamente com a direção exercida pelo Estado e pelo Partido, acaso nele representado. As chamadas instituições de bem estar-social, responsáveis pela reprodução da concepção de mundo

hegemônico são os instrumentos de imposição dessas políticas sociais" (VIEIRA, 1979)

O autor Vieira, deixa claro sobre a ação do Estado e do partido em relação a exercer o seu domínio sobre o sistema escolar e por meio deste sistema alcança aqueles que são inseridos, assegurando que suas ideologias partidárias alcancem os sujeitos de uma forma velada.

Os AIP Político (Aparelhos Ideológico Partidário Político), são um dos AIP de Estado, que agem no meio da sociedade com as suas ideologias partidárias, cada uma de acordo com os seus pensamentos. Os partidos são formados por pessoas que tem em comum uma mesma convicção políticas, fazendo com o que os mesmos representem se, elaborando um plano de governo que demonstre os interesses de seus ideias.

No livro Ciência política e teoria do estado, de Streck e Moraes, ano 2014, os autores traz uma definição do que seja um partido político, vejamos:

Para compreendermos o que vem a ser o partido político, podemos partir de uma definição singela para visualizá-lo como um agrupamento livre e estável de pessoas, reunidas em razão de um conjunto de ideias compartilhadas, disposto a participar do jogo eleitoral com vistas à conquista do poder político para a implementação de políticas próprias. (Streck e Moraes,2014, p.178)

De todos ao partidos políticos que existe na política do Brasil, os partidos que reúnem e agrupa mais pessoas os Partidos conservadores e o Partido dos trabalhadores, conhecido na sociedade por Direita e Esquerda.

As ideologias partidárias existe em cada partido político fazendo com que as diversidades de ideologias partidária aconteça, em algum momento haverá ideologias que conciliam com as ideologias de outros partidos, isso ocorre, por causa do crescimento político, e conseqüentemente o surgimento de novos partidos que se tornam filiais.

Os partidos mais antigos são os denominados de Direita e esquerda, hoje é comum ver e ouvir as pessoas chamando uma a outra de “petralha” e de coxinha, se referindo a quem é de esquerda e a quem é de direita, “petralha” pra quem é de e direita e coxinha pra quem é de esquerda, mencionando os partidos políticos que cada um apoia.

A questão é que já estamos acostumado com essa divisão e com essas brigas que sempre acontecem entre os indivíduos que defendem suas ideologias partidária no mundo da política, sabemos que a Direita busca manter os interesses das classe superiores em questão de valores, econômico e sociais, enquanto a esquerda luta pelos os interesses das classes social baixa economicamente.

O surgimento desses termos, “esquerda” e “direita” no ambiente político, que surgiram em 1789 na Revolução Francesa. Os liberais Girondinos se sentaram à direita, na assembleia Nacional Constituinte e os Jacobinos extremistas se sentaram à esquerda na assembleia, ambos não quiseram se misturar. Nesta assembleia, quem estava a esquerda era favoráveis à luta pelos os direitos dos trabalhadores e dos mais pobres, pelo bem-estar coletivo e pelo fim dos privilégios da nobreza e do clero. Por outro lado, quem estava a direita também lutava pelo fim dos privilégios, lutava pela garantia do direito à igualdade perante a lei, reivindicava uma revolução liberal, esse lado passou a representar o lado tradicional e conservador e pretendia manter o poder da elite e buscava manter o bem-estar individual.

Todas as pessoas que se encontravam presente na assembleia e que se encontrava fora dos padrões do clero e da realeza buscava para si uma melhoria social, fazendo com que suas ações se tornassem um ato político revolucionário que tem consequências até nos dias atuais, a sociedade mostrando que os atos políticos acontecem quando a mesma toma consciência do poder de suas ações, fazendo transformação na política.

Segundo HUNT,2007 “Sociedade e política são inextricavelmente interligadas, não havendo um lugar onde uma termina e a outra começa” (HUNT, 2007: 11). Com isso é notável que a política por mais que não seja grandiosa está presente na sociedade, e por mais que a sociedade por algum motivo não queira participar de uma forma ativa na política a mesma já está participando pelo simples fato de existir.

O que se pode perceber é que dá mesma que existia uma classe superior no tempo do feudalismo, hoje também existe no capitalismo, os Girondinos,

peças do comércio, médicos, advogados, professores, com um nível econômico maior que os Jacobinos, aqueles que trabalhavam nas suas terras, viviam na miséria por causa das altas taxas de impostos, essa disputa entre esses partidos gerou mortes. Com as suas próprias ideologias, cada partido busca ganhar seus seguidores, que vão se identificando com as propostas que cada um apresenta na sociedade, as suas concepções partidárias chegam até os indivíduos da sociedade através dos aparelhos ideológicos do Estado e através dos próprios indivíduos por meio da interação social entre si.

## **2.1 A ideologia no Brasil**

No Brasil o conceito de ideologia está sendo usada a partir das concepções de grandes pensadores como Aristóteles, Augusto Comte, Karl Marx e Emile Durkheim, por meios dos autores brasileiros que se aventuraram a estudar e a pesquisar sobre o tema, deixando suas concepções e análises, entre os pensadores nacionais está Marilena Chauí, Leandro Konder, João Francisco e outros autores.

Para Marilena Chauí no seu livro *O que é ideologia 2006*, o termo ideologia é confundido pelos indivíduos como um conjunto de ideias, ressalta que a ideologia é um cunho mais social, histórico e político, usada para ocultar a verdade e a realidade, fazendo com que a desigualdade e a exploração continue.

A mesma ainda afirma na página 35, que “A ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias de todas as classes sociais, se tornam ideias dominantes. E esse processo que nos interessa agora.”. O processo das ideologias ao longo do tempo vai se tornando cada vez mais o que se espera dela, uma dominação em relação aos demais, a autora na página seguinte continua dizendo “A ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias).

Com isso, percebe-se que Chauí admite que a ideologia é usada como um meio que se auto domina como a verdadeira forma de agir ou pensar, isso nos âmbitos econômico, social e político, tornando-se uma auto representação

das ideias dominantes que sobressai sobre as outras, tornando uma ideia universal. Chauí ainda vai além na sua concepção sobre a ideologia quando diz que:

“Todos esses procedimentos consistem naquilo que é a operação intelectual por excelência da ideologia: a criação de universais abstratos, isto é, a transformação das ideias particulares da classe dominante em ideias universais de todos e para todos os membros da sociedade. Essa universalidade das ideias é abstrata porque não corresponde a nada real e concreto, visto que no real existem concretamente classes particulares e não a universalidade humana. As ideias da ideologia são, pois, universais abstratos.” ((Chauí, 2006, p.36)

Uma universalização de uma ideologia dominante se torna abstrata devido ao fato que a sociedade por si só é diversificada em seus vários âmbitos sociais, seja no político, na religião, e financeiramente. O ato de se dominar e dominar a sociedade leva aos dominantes essa percepção de uma ideologia universal, a ideologia universal é abstrata, isto, nos leva a pensa se existe de fato uma ideologia verdadeira, a própria autora Chauí, explica quando afirma que:

“Por este motivo cometemos um engano quando imaginamos ser possível substituir uma ideologia “falsa” (que não diz tudo) por uma ideologia “verdadeira” (que diz tudo). Ou quando imaginamos que a ideologia “falsa” é a dos dominantes, enquanto a ideologia “verdadeira” é a dos dominados. Por que nos enganamos nessas duas afirmações? Em primeiro lugar, porque uma ideologia que fosse plena ou que não tivesse “vazios” e “brancos”, isto é, que dissesse tudo, já não seria ideologia. Em segundo lugar, porque falar em ideologia dos dominados é um contrassenso, visto que a ideologia é um instrumento da dominação.” (Chauí, 2006, p.44)

A autora nos mostra um ponto muito importante sobre os estudos da ideologia, a ideologia não é ruim somente por que está sobre os dominantes que querem perpetuar a sua exploração das classes dominantes, a ideologia se sobressai por que ela é feita pra isso, pra dominar, independente de quem está usando, a ideologia será sempre para dominação do sujeito.

Chauí 2006, Afirma que “A ideologia esconde que nasceu da luta de classes para servir a uma classe na dominação.” A ideologia dominante da burguesia esconde de onde surgiu devido ao fato que eles (burgueses) já foram dominados pelo o sistema social Aristocrático, lembrar da sua história é lembrar aos dominados a classe de proletário que eles também podem derrubar um

sistema, como já vem dizer Chauí “Os burgueses destruíram a ideologia aristocrática e os trabalhadores podem destruir a ideologia burguesa.” Lembrando que toda ideologia pode ser quebrada, quando os dominados enxergam o que de fato acontecem ao seu redor, fazendo se um novo confronto e uma nova lutas de classes.

Em relação ao confronto sobre a ideologia Konder 2002:

A questão da ideologia, quando é reconhecida e enfrentada, exacerba a desconfiança e relativiza os conhecimentos constituídos. Isto é, com certeza, profundamente necessário para o avanço do conhecimento. Mas, para complicar mais as coisas, a distorção ideológica pode se infiltrar na própria desconfiança ou mesmo na relativização. A exacerbação da desconfiança e o exagero da relativização podem acarretar certo esvaziamento no esforço do conhecimento, certa desmobilização na práxis. A ideologia pode estar no excesso como na insuficiência; no que falta como no que sobra. (Konder, 2002, p. 259)

Para uma ideologia ser descoberta a mesma deve estar em uma colocação agressiva ou até mesmo bastante rigorosa, levando aos subordinados a desconfiança e a partir daí eles crescem no conhecimento sobre a ideologia na qual estão subordinados, o excesso ou a falta de algo, faz com que os dominados reflitam sobre o que está a sua volta, trazendo para si o conhecimento da verdade e da mentira velada. BOSI, 2010, retrata isso no seu livro *Ideologia e contra ideologia: temas e variações*, dizendo “A ideologia está sempre a meio caminho entre a mentira e a verossimilhança. A verossimilhança torna plausível o que a fala enganadora tenta passar por verdadeiro. [...] a ideologia contenta-se, via de regra, com a justificação final do vencedor.” (p. 394-95).

O caminho entre a mentira e a verossimilhança será interrompido por meio do conhecimento, conhecimento este que por muitas vezes também está sobre o controle da própria ideologia dos dominantes, como já citado acima por meio dos AIE escolar, que por meio do sistema faz a seleção dos conteúdos, impossibilitando uma real educação libertadora.

Konder 2002, na página 259, diz: "há conhecimento há ideologia" e onde "há ideologia há algum conhecimento". A ideologia age no conhecimento do sujeito, a ideologia é o conhecimento que os sujeitos tem, a ideologia age de uma forma sutil.

Konder 2002 afirma que:

Não existe imunidade contra a ação sutil da ideologia: ela pode se manifestar tanto na percepção sensível como na análise e na reflexão; pode aparecer tanto na pretensão à universalidade como na resignação à particularidade. O pensamento pode se perder tanto na abstração como na empiria. A sensibilidade pode falhar sendo intensa ou enfraquecida. [...] O empenho desmistificador é valioso, mas não garante a eficácia da desmistificação. (Konder, 2002, p. 257)

A situação que a ideologia nos coloca segundo Konder 2002 é: “Deciframe, enquanto te devoro” (p.12). Ler está frase nos faz refletir sobre a realidade atual e sobre os tempos passado, a ideologia já vem sendo estudada e refletida por longas décadas e por vários pensadores e ainda assim a mesma está inserida na sociedade, por mais que todos os estudos mostre a sua face, ela continua devorando os dominantes e por consequência perpetua a sua existência na história social e nas nossas mentes, no nossos conhecimentos, na nossa política, na nossa economia, no mundo. Refletir sobre a ideologia nos levar a perguntar, o que de fato é o pensamento, em que consiste o saber e o conhecimento sobre o ato de produzir e de representar o mundo, da arte a ciência, olhar o conceitual da estética, ao dia a dia, a política. A ideologia é invisível aos olhos mas podemos enxergá-la nos atos daqueles que estão sendo usado por elas, e na realidade, vejamos:

A ação da ideologia mantém uma característica essencial que se manifesta na representação da realidade, na construção do conhecimento, em geral: a ideologia atua também - e talvez sobretudo - na limitação dos horizontes; se manifesta, possivelmente, mais no que não está sendo visto do que naquilo que está sendo enxergado. (KONDER, 2002, p.223).

A atuação da ideologia sobre está sobre aquilo que não enxergamos, o ver além não se adapta quando estamos sobre uma ideologia, conseguimos ver o que está acontecendo mas não enxergamos o além disso, o por que isto acontece ou o pra que que isto está acontecendo, sendo assim a ideologia continua se manifestando na representação da realidade no imaginário, mas nunca na realidade em si.

Para o Escritor Cabral:

A ideologia é, portanto, uma forma de produção do imaginário social que corresponde aos anseios da classe dominante como meio mais eficaz de controle social e de amenizar os conflitos de classe, seja invertendo a noção de causa e efeito, seja silenciando questões que

por isso mesmo impedem a tomada de consciência do trabalhador de sua condição histórica, "formando ideias falsas sobre si mesmo, sobre o que é ou o que deveria ser". (CABRAL, 2019)

Para BOSI, a "ideologia é sempre modo de pensamento condicionado, logo relativo [...] mas pode enrijecer-se sempre que transponha a estreita faixa que a separa de um pensamento determinista (2010, p. 11). Para o autor:

A ideologia apareceria, de início, como simples resposta à necessidade que todo grupo social tem de dar a imagem de si mesmo, isto é, uma necessidade de representar-se para si e para o outro. [...] A lembrança deve ser mantida coletivamente, e o discurso que a consagra é o primeiro e necessário grau de identificação nacional ou grupal. A ideologia, nesse caso, verbaliza, interpreta o passado e o integra no presente sem que se possa afirmar que represente nessa instância fatalmente um processo de distorção ou embuste. (BOSSI, Alfredo, 2010p. 135)

Com isso, notamos que apesar dos longos séculos de estudos sobre o termo ideologia, a mesma ainda leva consigo o significado de uma distorção da verdade, uma mentira velada usada para a dominação das classes baixas economicamente, e uma forma de perpetuar o poder das classes dominantes, em todos os âmbitos da vida social, na arte, no comércio, na ciência, na política, na religião, e principalmente no conhecimento.

### **3. O Estado e a Educação**

Antes de começarmos a falar da escola e logicamente, da educação é de suma importância trabalharmos a definição do Estado e as teorias sobre o mesmo, afinal, a Escola é um aparelho ideológico do Estado, mas qual Estado? E o que é o Estado?

A palavra "estado", vem do latim status, que quer dizer posição e ordem. O Estado é um tipo de manifestação de poder, uma forma de sociedade organizada politicamente. Existem muitas teorias a respeito da constituição do Estado

O intelectual alemão, considerado um dos grandes Sociólogos, Max Weber (1864-1920) considera que, para a existência de um Estado, é que uma massa de pessoas obedeça a autoridade alegada pelos detentores do poder do mesmo Estado. Contudo, é necessário que os dominados obedeçam, mas para isso, os detentores do poder devem possuir uma legitimidade reconhecida. Para

Weber, O Estado é responsável pelo o controle social e por sua organização, já que o mesmo detém o monopólio do uso da violência legítima, ou seja, somente o Estado pode utilizar da força para manter a ordem social.

“A tradição marxista é clara: [...] o Estado é explicitamente concebido como um aparelho repressor. O Estado é uma ‘máquina’ de repressão eu permite às classes dominantes [...] assegurarem sua dominação sobre a classe trabalhadora, submetendo estas últimas ao processo de extorsão da mais-valia (isto é, à exploração capitalista)”. (p. 111)

O Estado é legalmente uma ordem, uma união de lideranças políticas, sua função básica é manter o bem estar social de todos e a ordem. O Estado pode usar a coerção, é o único que tem o poder de usar a força física, por meio das instituição da polícia e do exército. Tem o seu território marcado e o governa por meio de leis e ações políticas.

Segundo Faleiros 1991, O Estado organiza o poder e a economia num território determinado, pela mediação de instituições, aparatos ou aparelhos muito diversificados que compreendem a materialização do poder e da gestão econômica. O poder e a gestão do Estado, assim, representam ou aparecem como o interesse geral da nação ou da sociedade, mas se exercem pelo uso da lei (consenso e força) e de inúmeras mediações e organismos que constituem o governo (FALEIROS, 1991, p. 60).

O Estado é constituído por esses elementos: o povo, território e poder.

De acordo com Celso Antônio Bandeira de Mello (2007, p. 25), a função do Estado ou "função pública, no Estado Democrático de Direito, é a atividade exercida no cumprimento do dever de alcançar o interesse público, mediante o uso de poderes instrumentalmente necessários conferidos pela ordem jurídica".

Bresser-Pereira (2009, pp.15-6) afirma que:

O Estado é, a organização ou o aparelho formado por políticos e servidores públicos dotados de poderes monopolistas para definir e fazer cumprir a lei sobre os indivíduos e as organizações de um dado território nacional. Em sentido amplo, o Estado, além de ser essa organização burocrática que é a única dotada de poder “extroverso”, é a soma das instituições, partindo da constituição nacional e definindo o sistema jurídico, o sistema de direitos e obrigações ou as regras do jogo social. A cada forma

de Estado nesse sentido amplo corresponde um sistema político ou um regime político.

O Estado permanece, faz parte da sociedade, possuindo uma sistema político que a partir da sua organização se sobrepõe sob a sociedade, mesmo fazendo parte dela. O autor Marcelo MAZILLI no seu livro: Estado? Não, obrigado! na página 17 Declara que: “Tudo isso permitiu ao estado crescer, ao longo dos séculos, e a consolidar o próprio poder. As várias revoluções que foram bem sucedidas na história, tanto do ocidente quanto do oriente, jamais conseguiram ameaçar o estado enquanto instituição, conseguindo no máximo mudar a direção política, e na maioria das vezes a casta governante.” (MAZILLI, 2010, p.17)

A sociedade, no entanto, é a fonte real do poder do Estado, onde estabelece os limites e as condições para exerce esse poder pelos os governantes. Entre essas relações sociais existe um conflito entre classes, grupos que busca defender seus interesses pessoais e particulares durante o processo histórico.

É curiosa a explanação de Bresser. Se voltarmos à faseologia de Salles, veremos que nenhum ator-autor, até agora, atingiu a fase reflexa, visto que a representação provinha ou do colégio de cidadãos eleitos, ou do chefe. Em Bresser não é diferente.

Nas democracias avançadas o Estado não é independente da sociedade, nem está acima da sociedade, mas é uma expressão da sociedade civil – uma expressão de poderes relativos que os indivíduos detêm por controlarem as organizações da sociedade civil, os recursos econômicos ou de capital, e o conhecimento. (BRESSER-PEREIRA, 2009, p.17)

Ao pensar sobre esta relação ente o poder do Estado sobre a sociedade e o poder que os indivíduos tem sobre o Estado, para o estado é necessário que ele seja legítimo para que tenha o conhecimento e autoridade e aceitação do povo. GIDDENS 2015, na página 342 afirma que: “A autoridade é o emprego legítimo do poder. Por legitimidade entende-se que aqueles que se submetem a autoridade de um governo consentem nessa autoridade”

Segundo Faleiro, 1991:

O Estado organiza o poder e a economia num território determinado, pela mediação de instituições, aparatos ou aparelhos muito

diversificados que compreendem a materialização do poder e da gestão econômica. O poder e a gestão do Estado, assim, representam ou aparecem como o interesse geral da nação ou da sociedade, mas se exercem pelo uso da lei (consenso e força) e de inúmeras mediações e organismos que constituem o governo. (FALEIROS, 1991, p. 60).

O Governo por sua vez, atua como o núcleo do Estado, composto por membros da elite política, por meio deles acontecem a gestão pública, atuante na democracia transitória, ou seja, os cargos governamentais devem, ser substituídos após um mandato de acordo com as exigências da sociedade, por meio do voto.

RODRIGUES M. M. A. – (2010) “Por Governo entendemos o conjunto de indivíduos que orientam os rumos da sociedade, pois ocupam posições na cúpula do Estado”. O Estado tem seu poder dividido em três esferas, vejamos:

Aquilo que "Estado" e "política" têm em comum (e é inclusive de sua intercambialidade) é a referência ao fenômeno do poder (...). Não há teoria política que não parta de alguma maneira, direta ou indiretamente, de uma definição de "poder" e de uma análise do fenômeno. Por longa tradição o Estado é definido como *summa potestas* (...). A teoria do Estado apoia-se sobre a teoria dos três poderes (o legislativo, o executivo e o judiciário) e das relações entre eles (Bobbio, 2011:76).

De acordo com o dicionário de filosofia, o termo poder, na sociedade, seja ela pela instituição ou indivíduo, tem a definição de “a capacidade de este conseguir algo, quer seja por direito, por controle ou por influência. O poder é a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado (...)” (Blackburn, 1997:301).

Segundo o autor, o poder pode ser garantido de uma forma consciente ou não, sendo exercido de uma maneira deliberada. No dicionário de política, a definição do termo poder se encontra de uma maneira variada mas com o mesmo sentido da palavra, é colocada em esferas diferentes: poder político, poder social, poder constituinte, poder moderador, entre outros. Mesmo assim a palavra poder é mencionada como ação de autoridade. Existe definição do tipo: “É poder social a capacidade que um pai tem para dar ordens a seus filhos ou a capacidade de um governo de dar ordens aos cidadãos” (Bobbio, 2000:933). E

ainda, “o poder evoca a ideia de força, capacidade de governar e de se fazer obedecer, império” (Souza, Garcia e Carvalho, 1998:417).

### **3.1. Organização do Estado Brasileiro**

A instituição do Estado pela constituição Federal, no Brasil, é manifesta por meio do poder público que está dividindo em três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Estes Poderes possuem competências próprias, organizados e agem com independência, fundamentados com os limites constitucionais.

O Legislativo atua usando o seu poder para elaborar as leis, revogar e até mesmo aperfeiçoa. Segundo Locke (1994, p. 169), há quatro limites que se impõem ao Poder Legislativo, são eles: 1º) as leis devem ser estabelecidas para todos igualmente, e não devem ser modificadas em benefício próprio; 2º) as leis “só devem ter uma finalidade: o bem do povo”; 3º) não deve haver imposição “de impostos sobre a propriedade do povo sem que este expresse seu consentimento, individualmente ou através de seus representantes”; 4º) a competência para legislar não pode ser transferida para outras mãos que não aquelas a quem o povo confiou.

Para MONTESQUIEU, “O Poder Legislativo é o verdadeiro representante do povo e para isso firma a dualidade das câmaras do legislativo: uma confiada aos nobres e a segunda confiada aos escolhidos para representar o povo” (MONTESQUIEU, 2000, p. 172).

Vale ressaltar que, em relação ao poder:

“Possibilidade efetiva do que tem o Estado de obrigar os indivíduos a fazer ou não fazer alguma coisa, e seu objetivo deve ser o bem público. Quando o poder, no seu exercício, não visa o bem público, não é mais o poder do Estado, não é mais um direito, não obriga jurídica e moralmente; é apenas a força, a violência de homens que estão no governo” (AZAMBUJA: 2008, p.34)

O Executivo aplica as leis e mantém a ordem interna e a defesa externa e conduz as relações internacionais. O segundo Poder compreende “todas as magistraturas ou poderes constituídos, isto é, aqueles de que o Estado precisa para agir, suas atribuições e a maneira de satisfazê-las” (ARISTÓTELES, 1991, p. 113).

O judiciário condena e pune as transgressões às leis e intervém nas discórdias da ordem civil, de acordo com a legislação e seus integrantes não são eleitos pelo voto popular.

Para Aristóteles (1991, p. 93) “o governo é o exercício do poder supremo do Estado” tendo todo governo três Poderes.

Segundo Kelsen (1992, p. 263) a conceituação da divisão dos poderes se “designa um princípio de organização política. Ele pressupõe que os chamados três poderes podem ser determinados como três funções distintas e coordenadas do Estado, e que é possível definir fronteiras separando cada uma dessas três funções.” Nas página seguinte, afirma que o Estado não tem três funções básicas, mas duas: a criação e a aplicação do Direito e que “é impossível atribuir a criação do Direito a um órgão e a sua aplicação (execução) a outro, de modo tão exclusivo que nenhum órgão venha a cumprir simultaneamente ambas as funções” (KELSEN, 1992, p. 264).

O direito no Estado, presente em toda constituição liberal burguesa, aponta-se para uma distinção e divisão de poderes como um meio de assegurar uma moderação, um equilíbrio e o controle dos órgãos com poder do Estado.

### **3.2. A Educação como Direito no Brasil**

No meio da sociedade, “é onde o direito surge e se desenvolve” como assegura Lima (1989, p.23), por consequência da sua busca por paz e pela possível boa convivência, pelo o progresso e pelo o bem comum. Fazendo com que o direito seja um fruto de uma relação social, o direito é de acordo com o interesse da sociedade. Fazendo com que a cada época ocorra mudanças pelo fato da sociedade está sempre se desenvolvendo, o direito deve acompanhar as necessidades e anseios da sociedade no qual foi criado, como afirma Nader (1987, p.23) “As instituições jurídicas são inventos humanos, que sofrem variações no tempo e no espaço.”

Como processo de adaptação social, o direito deve estar sempre se refazendo, em face da mobilidade social. As necessidades da sociedade deve ser atendidas por meios do direito, seja por ordem, segurança, paz, justiça,

educação. O direito não deve envelhecer, caso contrário perde o sentido pelo o qual foi feito, o direito deve adaptado conforme as mudanças sociais.

Dentro de todos os direitos humanos que são indispensável e fundamentais para o ser humano encontra-se o direito a educação, fundada e asseguradas por normas internacionais e nacionais. É um direito é essencial, devido ao fato de proporcionar um desenvolvimento individual da condição humana. Além deste olhar individual, este direito deve ser analisado, de forma coletiva, como uma política educacional e social, tendo ações que assegure o Estado o oferecimento de instrumento que possibilite a sociedade de usufruir deste direito.

O Estado, através de todos os seus poderes (executivo, legislativo e judiciário) e por seus níveis de federação (União, Estados, Municípios), deve assegurar os direitos e suas garantias constitucionais, não é somente oferecer os direitos tem que fiscalizar o cumprimento de tais direitos. Para isso, é necessário a existência de instituições do poder público que possuem, entre suas atividades a função de zelar pela o análise e avaliação do direito a educação, são elas: as Coordenadorias de Educação (escolas municipais), Diretorias Regionais de Ensino (escolas estaduais), Secretarias de Educação (estadual e municipal), Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, entre outros.

As prefeituras, ou seja, os poderes executivos, os governos federais e estaduais, tem como objetivo, no que diz respeito a educação, efetuar essa política social básica. Com isso, significar dizer que são obrigados a disponibilizar uma ofertar regular de ensino em todos os âmbitos e cuidar, observar a gestão desta área educacional.

No Brasil, existe os 14 anos de escolaridade, dividido entre Educação Infantil, ensino fundamental e o ensino médio, formando a “educação básica”. Um termo utilizado no direito educacional brasileiro, definido pela Lei nº 9.394, de 20/12/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os 14 anos desta educação seguida e gratuita, dos 4 aos 17 anos, garantidos pelo artigo 208, I, da constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 59/09, assegurada sua oferta gratuita, ofertando também para àqueles que

não conseguiram ter acesso na idade apropriada. A educação básica, começa com a pré-escola, seguida pelo ensino fundamental (do seis anos de idade, com duração de nove anos) e ensino médio (duração de três anos), querendo “desenvolver o 16 educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (art. 22, da LDB).

Segundo, a lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) é determinado que a União tem a função de ter uma política nacional de educação, por meio de leis, os municípios deve promover o ensino infantil (creche e pré- escola) e o ensino fundamental e aos Estados, ofertar o ensino fundamental gratuito e priorizar o ensino médio. Caso contrário a lei afirma que podem ser prejudicadas judicialmente.

O caminho da educação básica como direito no Brasil, sofre com o atraso em comparação aos outros países mais desenvolvido e em comparação ao conjunto da América Latina, marcada pelo legado dominante da cultura católica, agrícola e escravocrata, fazendo com que o sistema de ensino se tornasse desorganizado, elitista e seletivo.

No ano de 1988 a Constituição Federal instituiu a escolarização universal, gratuita e compulsória, do nível primário ao secundário, contém a asseguaração desse direito multidimensional, impulsionando o trabalho e a participação cidadã, em seu art. 205 proclama:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É necessário frisar, que não é somente o poder público responsável por assegurar esse direito. No artigo 205 da Constituição Federal, conforme é previsto que a educação também é dever da família e à sociedade cabe promover, colaborar, incentivar para que a realização desse direito aconteça, família deve possibilita ao indivíduo o acesso à escola e a educação, salientando o quanto que a sociedade deve participar da educação, fazendo presente no uso do seu direito.

Como assevera Bobbio (1992, p. 79-80)

A existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo, onde por "existência" devem entender-se tanto o mero fator exterior de um direito histórico ou vigente quanto o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação. A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação. (Bobbio,1992, p.79)

De forma mais explicitada em relação as crianças e aos adolescentes, assim como na Constituição Federal (artigo 227, CF/88) o estatuto da Criança e Adolescente (artigo 4º da Lei 8.069/90) afirma que a família, a sociedade e o Estado devem promover os direitos necessários e fundamentais desses sujeitos, e obvio que isso inclui a educação, já que a mesma é prioridade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) aponta em seu artigo 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Assim, é indiscutível a importância da educação em um país, em uma sociedade, se tornou um instrumento essencial para a formação humana para a convivência social e para capacitação ao trabalho e o desenvolvimento pessoal, afetivo, cognitivo e intelectual.

Através dela, pode se alcançar a evolução de uma sociedade e uma evolução própria, e com um desenvolvimento crítico social de toda a capacidade de uma evolução de um país por meio da qualificação do trabalho, fazendo com que seja possível essa evolução nacional. Segundo Freire (1987, p.87): "Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo".

O Ministro administrativista Celso de Melo ao expressar seus pensamentos sobre o conceito da educação afirma o valor que ele tem sobre formação cidadã do sujeito e de da sociedade:

“É mais abrangente que o da mera instrução. A educação objetiva propiciar a formação necessária ao desenvolvimento das aptidões, das potencialidades e da personalidade do educando. O processo educacional tem por meta: (a) qualificar o educando para o trabalho; (b) prepará-lo para o exercício consciente da cidadania. O acesso à educação é uma das formas de realização concreta do ideal democrático”. (MELLO FILHO, 1986. p. 533)

A educação tem a capacidade de proporcionar um desenvolvimento pessoal no indivíduo que tem acesso a ela, e conseqüentemente no lugar no qual ele está inserido, no lugar onde ele conviver, sem educação não há democracia, não há progresso, não há futuro.

Saviani (1992, p.95) considera que:

[...] a Educação é, sim determinada pela sociedade, mas que essa determinação é relativa e na forma de ação recíproca – o que significa que o determinado também reage sobre o determinante. Conseqüentemente, a Educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para sua própria transformação.

A sociedade rege a educação pelo simples fato das escolas terem como fim formar cidadão capacitados para o convívio social e para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo que o indivíduo com a escolarização em dias se torna membro da sociedade, um membro que por meio da instituição escolar foi moldado conforme a necessidade da sociedade. Segundo Álvaro Vieira Pinto (1989, p.29), “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. Por isso, que a educação tende a ser um dos pontos mais relevante para um sociedade em desenvolvimento econômico e social.

A educação tem um papel a ser feito na sociedade e ela tem que corresponder ao seu objetivo, como indica Saviani (1989, p.25):

[...] cabe a educação proporcionar um eficiente treinamento para a execução das múltiplas tarefas demandadas continuamente pelo sistema social. A educação será concebida, pois, como um subsistema cujo funcionamento eficiente é essencial ao equilíbrio do sistema social de que faz parte.

Moran (2011, p. 15) fala que o “Nosso maior desafio é caminhar para um ensino e uma educação de qualidade, que integre todas as dimensões do ser humano” e que além disso, para obtermos uma educação de qualidade é necessário mudanças ter uma organização inovadora: uma organização que busque a valorização dos professores, uma boa remuneração, professores preparados, alunos motivados a aprender.

Da mesma maneira que uma educação sem qualidade e sem praticas pedagógicas que possibilite ao aluno um desenvolvimento pessoal, social,

intelectual, afetivo e cognitivo, pode fazer de um indivíduo um mero cidadão que sujeita a uma vida deplorável sem direitos e sem esperanças, tornando ele um ser ideológico e oprimido, fruto da reprodução social que acontece por meio da instituição escolar.

Segundo Lima (2012, p.48), a educação é cultural e uma questão política e que “o fim último da educação e da aprendizagem é o de permitir que mais seres humanos participem ativamente no processo de construção do mundo social e da sua humanização”. E Lima (2012, p. 49) ainda afirma que, a educação e a aprendizagem não podem ser voltadas para a subordinação e a alienação, mas que deve ter o papel referencial de preparação dos alunos, sejam eles crianças, jovens e adultos, uma educação voltada para a decisão e participação.

Michael Aple (2011) apud Lima (2012, p. 11), afirma que “a educação tem não apenas um papel de reprodução da dominação, mas também um papel de desafiar a dominação”. Devido ao fato de ser um processo educativo contínuo, que não afirmar inteiramente uma convicção nos sujeitos uma atitude de serem donos de sua própria história e não exige uma consciência democrática dos alunos. A própria realidade social aponta uma vertente educacional que se volte para a economia e o mundo do trabalho, se a educação for voltada somente para isso, infelizmente, a reprodução da dominação permanecerá, tornando a escola como um aparelho ideológico de Estado.

### **3.3. Escola como aparelho ideológico de Estado**

A classe dominante compõe a sociedade moderna, poderosos burgueses e ricos que dominam a produção industrial consequentemente tem sobre si os capitais financeiros do poder estatal, possuindo grande cargos e funções administrativas políticas, tendo o poder estatal usando conforme seus interesses.

O Estado está sobre o domínio dos interesses da burguesia, o Estado usa seus aparelhos ideológicos para orientar, reprimir, controlar e manipular as massas, seja os ideológicos familiar, religiosos, jurídico, político, sindical, da ciência e o escolar.

Segundo Althusser, a escola tem as suas ideias norteadas pelo o domínio estatal, sendo o grande controlador e regulador da sociedade, o sistema de ensino é usado para preparar a mão de obra para o mercado de trabalho, realizando a ideologia da alta burguesia, os dominantes da economia e da política, reproduzindo a relação do trabalho. GALLO diz que:

A função ideológica da escola não é, porém, necessariamente inerente a ela; percebemos que na história social da dominação do homem sobre o homem, a escola tem servido de suporte, como um dos aparelhos ideológicos - nesta nossa época ainda o mais importante, dada a sua abrangência - a serviço do Estado em sua contínua ação no sentido de manter sua posição hegemônica e coordenadora do processo de exploração do trabalho. (GALLO, 1999, p.199)

Podemos falar da educação? quem faz a educação acontecer? quem escolhe o sistema educacional? seus conteúdos e habilidades? segundo CHAUI:

A regra da competência nos permite indagar: quem se julga competente para falar sobre a educação, isto é, sobre a escola como forma de socialização? A resposta é óbvia: a burocracia estatal que, por intermédio dos ministérios e das secretarias de educação, legisla, regulamenta e controla o trabalho pedagógico. Há, portanto, um discurso do poder que se pronuncia sobre a educação, definindo seu sentido, finalidade, forma e conteúdo. Quem, portanto, está excluído do discurso educacional? Justamente aqueles que poderiam falar da educação enquanto experiência que é sua: os professores e os estudantes. Resta saber por que se tornou impossível o discurso da educação. (CHAUI, 1980, p.249)

O grande instrumento para manter essa dominação é a educação, o capitalismo precisa que a sua riqueza seja gerada sem interrupções, é necessário que seja continuada, e o sistema pedagógico trabalhado nas instituições escolares possibilita que o modelo de produção burguesa capitalista aconteça por meio da doutrinação sobre as massas firmando os interesses das indústrias, fazendo com que a reprodução dos dominantes e dos dominados permaneça.

De acordo com Mézáros:

Além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades se nas quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável

pela produção e reprodução da estrutura de valores dentro da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção capitalistas não se perpetuam automaticamente. (MÉSZÁROS, 1981, p. 260)

Ou seja, se as relações sócias da produção capitalista não se reproduz automaticamente, é necessário um meio para que essa reprodução aconteça, e esse papel está sendo da escola que está sobre o domínio do Estado.

A relação entre ideologia e educação é vista da seguinte forma: as escolas "desempenham funções vitais na recriação das condições necessárias para que a hegemonia ideológica seja mantida. Tais condições, porém, não são impostas. Elas são e precisam ser continuamente reconstruídas em instituições como a escola" (Apple, 1982, p.17).

Sendo a educação parte do Estado, é indiscutível a sua importância como instrumento para obter este consenso. Apple (1982, p. 29) afirma que, a educação por ser uma oferta do Estado, se deve esperar que todos os aspectos do currículo e do ensino sejam redutíveis aos interesses de uma classe dominante".

As funções que as escolas fazem para o Estado, segundo Apple, são essas: a) ajuda para que o governo, a burocracia estatal, o sistema econômico e o sistema educacional pareçam naturais e justos; b) produzem o conhecimento técnico-administrativo necessário à produção, distribuição e consumo. Tais funções referem-se às esferas econômica, cultural e ideológica, cujos interesses nem sempre coincidem; c) auxiliam o processo de acumulação de capital ao fornecer algumas das condições que ajudam a conservar uma economia que se baseia na existência de desigualdades.

As escolas devem se reestruturar de uma maneira que possa atender as demandas sociais e suas transformações, levando em consideração o mundo do trabalho e seu impacto na vida social do aluno. Frigotto aponta que:

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. (FRIGOTTO, 1999, p.26).

De acordo com Álvaro Vieira Pinto (1989, p.29), “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. E é nesse contexto educacional que a escola está reproduzindo a classe oprimida pelo fato do interesse ser justamente a reprodução das classes. Não levando em consideração a vivência dos alunos e nem o seu futuro incerto no sistema capitalista, assegurando as desigualdades sociais. As desigualdades sociais que são reproduzida nas escolas, local onde as desigualdades deveriam ser trabalhadas e não esquecidas, segundo Charlot:

Mas não basta camuflar. O funcionamento ideológico da pedagogia exige que, além disso, ela justifique as desigualdades sociais, isto é, as desigualdades econômicas, e, eventualmente, as desigualdades sociais e políticas. Ela não quer admitir que as desigualdades resultam das estruturas sociais; nem mesmo encara a possibilidade de que possam ser provocadas pela própria cultura: por conseguinte, só pode considerar essas desigualdades como naturais. Para ela, a cultura de início, a sociedade em seguida, não fazem senão ratificar as desigualdades naturais.

Não há sentido em educação que mantém as desigualdades sociais, que não busca dá um sentido ao saber aos seus alunos, nas escolas não há alteração na qualidade, e se não houver essa qualidade e mudanças significativas a educação permanecerá como uma fonte de reprodução das desigualdades. É importante entender que na escola nem tudo é reprodução, ela também pode ser um meio de transformação.

Gadotti (1983) aponta a educação popular como um meio de transformação do individual e social:

(...) a Educação só pode ser transformadora nessa luta surda, no cotidiano, na lenta tarefa de transformação da ideologia, na guerrilha ideológica (...). Por que ela pode ser transformadora? Porque o trabalho educativo é essencialmente político e é o político que é transformador (GADOTTI, 1983, pp.162-163).

Levando em consideração que a educação não é – e tão pouco será – neutra, não a neutralidade na educação ela estará a serviço de uma ideologia ou de outra. A ideologia e a educação andam unida na criação de crenças, valores, pensamentos e representações no processo educativo. Revela o pensamento dos indivíduos, de uma sociedade, de um tempo, uma época e de um grupo social, escondendo a disputa entre as ideologias de classe uma que visa a

conservação e outra a transformação social, seja no campos da sociedade política ou na sociedade civil. Paulo Freire, em seu livro “Pedagogia da Autonomia” (1996), diz que: “A qualidade de ser política é inerente a sua natureza. É impossível a neutralidade na educação (...). A educação não vira política por causa deste ou daquele educador. Ela é política”

#### **4. A escola sem partido: Movimento e Programa**

A escola sempre foi um lugar onde as ideologias dominantes dominavam o ensino, onde a formação do sujeito era voltada sobre o olhar de uma ideologia, seja para catequizar e cultuar os índios, para capacitar a mão de obra para o trabalho industrial ou até mesmo para o mercado de trabalho e para cidadania. Agora, a escola é um lugar onde acontece a briga por espaço entre as ideologias divergentes, e uma prova disso, é o Programa e movimento escola sem partido.

O Movimento Escola sem partido (MESP), foi criado pelo o advogado Miguel Nagib, em 2004, quando uma de suas filha contou que na sala de aula a professora comparou São Francisco de Assis com o Che Guevara, afirmando que os dois largaram tudo por uma ideologia, um pela ideologia religiosa e o outro por uma ideologia política, o movimento tem como principal pensamento “educação sem doutrinação”. Em uma entrevista dada ao Jornal El País no ano de 2006 ele diz que:

As falas em sala de aula têm um peso grande, porque os professores são geralmente figuras queridas, vistas como ídolos pelos estudantes e porque os alunos são obrigados a ouvi-lo, ‘não podem sair para tomar um cafezinho quando o professor começa a falar sobre essas coisas’. Ele afirma que a lei que o movimento criou não é um tipo de censura. ‘Não é cerceamento à liberdade de expressão porque o professor não tem direito à liberdade de expressão na sala de aula’, diz ele. ‘Se o professor tivesse, ele sequer seria obrigado a apresentar o conteúdo. A prova que ele não tem liberdade de expressão é que ele tem uma grade curricular obrigatória por lei. Liberdade de expressão é a que a gente exerce no Facebook®. Ele não pode agir em sala de aula como ele age no Facebook®’, afirma. ‘A segunda prova disso é a seguinte: ele pode [na sala de aula] impor aos seus alunos seus pontos de vista. Se exerce a liberdade de expressão em locais onde as pessoas não são obrigadas a escutar o outro. Na TV se pode mudar de canal. De um pregador na praça, se pode desviar. Mas o aluno está ali na condição de audiência cativa’, conclui. (BEDINELLI, 2016a)

Segundo ele: "Isso acontece entre quatro paredes. As vítimas são as únicas testemunhas e elas estão submetidas à autoridade do professor. É muito complicado denunciar"

Para Nagib, os professores utilizam da sala de aula e da falta de vigilância para falarem sobre as ideologias que eles acreditam e seguem, e os alunos por não terem uma autoridade na sala de aula acaba sendo doutrinado pelo os professores, os profissionais da educação devem transmitir uma educação neutra que não vá de encontro com os princípios morais que os pais dos alunos estabelecem para seus filhos.

Pensando desta forma, da se a entender que os alunos são de alguma forma uma folha em branco, onde os professores podem transmitir seus discursos e facilmente os alunos entenderão como verdade e aceitarão facilmente o que lhe é imposto, sabemos que cada indivíduo por si só já vem com sua história e com suas ideias, transmitida pela família e pelo os espaços no qual ele convive, logicamente, tudo que irá de desencontro com essas crenças que o aluno já tem estabelecida, chegará no aluno como uma contradição e não como uma verdade absoluta.

Paulo Freire (2005), revela a educação bancaria que tem uma visão do aluno como um deposito, onde guarda todas as informação que lhe são passada sem questiona-las, sem refleti-las, o educador deposita os conteúdos que lhe são passados e enxerga o aluno como recipientes vazios que precisam serem enchidos. Fazendo com que não aconteça as descobertas, a transformação e o saber. Só a saber na busca inquietante, na invenção e na reinvenção, que o ser humano faz no mundo, com o mundo e com os outros que estão a sua volta.

No ano de 2008, por meio de uma matéria publicada pela Revista Veja, com o título você sabe o que estão ensinando a eles? O MESP ganhou notoriedade e espaços no âmbitos de debates. No ano seguinte o programa Brasil sem homofobia faz um “Kit Escola Sem Homofobia”, diante da pressão negativa pela bancada religiosa (Católica e Evangélica), fazendo com que o material fosse negado pelo o governo federal.

Usando um discurso que visa a defesa dos valores da família e da moral dos estudantes, diante as práticas de doutrinação ideológica, do qual ele é contra. O movimento teve voz à partir do que ele entrou no setor da política, se destacando entre os grupos dos conservadores. Segundo Miguel:

[...] o crescimento da importância do MESP no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças. (MIGUEL, 2016, p.596)

Miguel afirma, “fica patente que a oposição dos religiosos conservadores à educação progressista nas questões de gênero é inteiramente independente do Movimento Escola Sem Partido. De fato, o MESP nasceu com outra agenda”.

(MIGUEL, 2016, p.599) Citando o “mito” da fundação do movimento, ele justifica a sua afirmação, dizendo que a criação do movimento foi por causa da doutrinação marxista

A fusão da denúncia da doutrinação marxista de inspiração gramsciana com a oposição à “ideologia de gênero” obedeceu, assim, ao senso de oportunidade do MESP. Deu a ele aliados de peso, uma capilaridade com a qual nem poderia sonhar e um discurso com ressonância popular muito mais imediata. A confluência foi facilitada graças ao trabalho de propagandistas da extremadireita, em particular os alinhados a Olavo de Carvalho, para quem a dissolução da moral sexual convencional é um passo da estratégia comunista. (MIGUEL, 2016, p.601)

De fato as questões sobre a ideologia de gênero e sobre a orientação sexual, veio a partir do movimentos escola sem partido, e por meio dele alguns Projeto de Leis (PL) foram adicionando essa área temática nos PLs, pedindo que fosse a família a responsável por esse âmbito de discurso, levando em consideração os princípios morais e religiosos que as famílias dos estudantes acreditam. Já o programa Escola sem partido nasceu da necessidade de acabar com a doutrinação partidária e ideológica dos professores em sala de aula.

No ano de 2014, Nagib converteu o seu discurso do movimento em um anteprojeto a pedido do deputado estadual do Rio de Janeiro Flavio Bolsonaro, que pediu que ele fizesse a elaboração do projeto baseado nos três pilares; defender a “neutralidade do ensino” e objetividade do conhecimento, o “combate à doutrinação de esquerda e contaminação ideológica nas escolas” e o combate

ao que eles classificam como “ideologia de gênero” (Portal Escola Sem Partido, 2016). Depois disso vários projetos inspirados por ele foram criados.

Em Maio de 2016, aconteceu a abertura do processo referente ao PL 124/2016 na Câmara Municipal de Porto Alegre, tendo o vereador Valtor Nagelstein (PMDB/RS) como o criador. No site da Câmara informa que o objetivo deste projeto é instituir que: “no âmbito da educação municipal, as diretrizes orientadoras ao comportamento aos estabelecimentos de ensino, funcionários, responsáveis e corpo docente, no ministério que envolve o ensino de questões sócio-políticas, preconizando a abstenção da emissão de opiniões de cunho pessoal que possam induzir ou angariar simpatia a determinada corrente político partidária-ideológica, desviando-se da neutralidade e do equilíbrio necessários à condução do aprendizado do corpo discente”. O projetado foi apelidado com o nome Escola sem partido, que ficou até os dias de hoje.

Esse projeto teve uma demanda abrangente tendo outros projetos como este, em outras áreas do poder legislativo nacionais, a partir deste outros projetos de lei, foram criadas tendo o mesmo objetivo. O Deputado Federal Izalci (PSDB/DF) protocolou o PL 867/2015 e o PL 193/2016, de autoria do senador Magno Malta (PR/ES). Ambos são projetos a nível Federal que tem como meta alterar a LDB, e por esse motivo, esses projetos são do interesse de toda sociedade brasileira. Além desses projetos, também existem outro projeto com o âmbito local, como o PL 190/201, pelo o Deputado estadual Marcel Van Hattem (PP/RS). Todos esses projetos tratam da postura da atuação dos professores e professoras na sala de aula em todos os níveis de educação, do Infantil ao superior.

No site do Programa Escola sem partido, ([www.programaescolasempartido.org](http://www.programaescolasempartido.org)), tem o lema “Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar”, além disso também tem sua proposta que tem como objetivo, o uso obrigatório de um cartaz nas salas do ensino fundamental ao médio, o cartaz terá os deveres dos professores, e eles são esses:

O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;

O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade – as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;

O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções;

O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados de terceiros, dentro da sala de aula.

No site se encontra os deveres já existente da Constituição Federal e da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, que são esses: A liberdade de consciência e de crença e a liberdade de aprender dos alunos (art. 5º, VI e VIII; e art. 206, II, da CF); O princípio constitucional da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado (arts. 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, 'a', e 37, caput, da CF); o pluralismo de ideias (art. 206, III, da CF); e o direito dos pais dos alunos sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 12, IV).

Tudo isso para comprovar que todos as obrigações dos professores que estarão nos cartazes já existem, e que isso é somente uma forma de mostrar aos alunos os deveres dos professores, sendo uma forma dos alunos se defenderem de toda doutrinação por parte dos professores, no site é afirmado que “o único objetivo do Programa Escola sem Partido é informar e conscientizar os estudantes sobre os direitos que correspondem àqueles deveres, a fim de que eles mesmos possam exercer a defesa desses direitos, já que dentro das salas de aula ninguém mais poderá fazer isso por eles.” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020)

Segundo, PENNA (2016), O programa escola sem partido, reafirma o pluralismos das ideias e da liberdade de aprender, esquecendo da liberdade de ensinar que é indissociável da liberdade de aprender, o divulgar e pesquisar, a arte e o saber, por esse mesmo motivo estão junto no mesmo inciso, não tem como ter uma liberdade para aprender sem ter uma liberdade para ensinar,

afinal, como aprender? sem ter que ensinar? É impossível, e é desproporcional a importância que o projeto dá a liberdade de aprender para a liberdade de ensinar, como se elas fossem opostas e pelo contrário elas são complementares. Acontece o mesmo com a relação do pluralismo das ideias e as concepções pedagógicas. Por que exclui ambas, usando uma linguagem que diminui a dimensão educacional da escolarização.

O debate acerca da neutralidade do ensino não é novo, assim como a discussão sobre o papel do educador para transformação social e a função social da educação.

Segundo o grande pensador Paulo Freire (1993), uma educação neutra é um interesse da classe dominante, que defende essa prática como um ensino onde os conteúdos são passados de uma forma asséptica.

Para o mesmo, com a mesma concepção em relação a neutralidade no ensino, Freire (2000c, p. 37) argumenta: “[...] não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica. A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre de si mesma e perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite sua neutralidade”.

É claro, que o professor em sala de aula não pode mostrar para o aluno somente sua visão de mundo, o seu ponto de vista em determinado assunto, apresentando aos alunos argumentos contrários ao seu posicionamento, mas sim levar para o debate diversos pontos de vista fazendo com que ocorra uma pluralidade de pensamento gerando um debate aberto, onde todos tem e podem expressar seus pensamentos.

A educação é um campo de batalha ideológicas, onde, diversos grupos sociais tem projetos e programas para a educação, pensada e feita segundo suas ideias e pensamentos acerca da sociedade, ignorar esse fato, é ignorar o convívio social e da humanidade. O que se deve fazer é mostrar as diversidades sociais, a pluralidades que se encontra no nosso meio, de uma forma justa e sensata, levando em consideração a importância de todos, e chamando os alunos para um posicionamento diante do que lhe foi mostrado, assim, faremos cidadãos com informações consistentes, mostrando a pluralidade social, exigindo dele o respeito pelo outro e por si mesmo. Levar para sala de aula a indiferença ou até mesmo

a ignorância, não fara da sala de aula um lugar de saberes, pelo contrário se tornará um lugar sem democracia e sem preparação para a realidade da vida social.

Ainda no site, encontra-se uma frase do jurista do século XIX, Max Weber, como uma forma de afirmar todo o objetivo do Programa, na frase o filósofo aponta que “em uma sala de aula, a palavra é do professor, e os estudantes estão condenados ao silêncio. Impõem as circunstâncias que os alunos sejam obrigados a seguir os cursos de um professor, tendo em vista a futura carreira; e que ninguém dos presentes a uma sala de aula possa criticar o mestre. É imperdoável a um professor valer-se dessa situação para buscar incutir em seus discípulos as suas próprias concepções políticas, em vez de lhes ser útil, como é de seu dever, através da transmissão de conhecimento em transmissão científica”

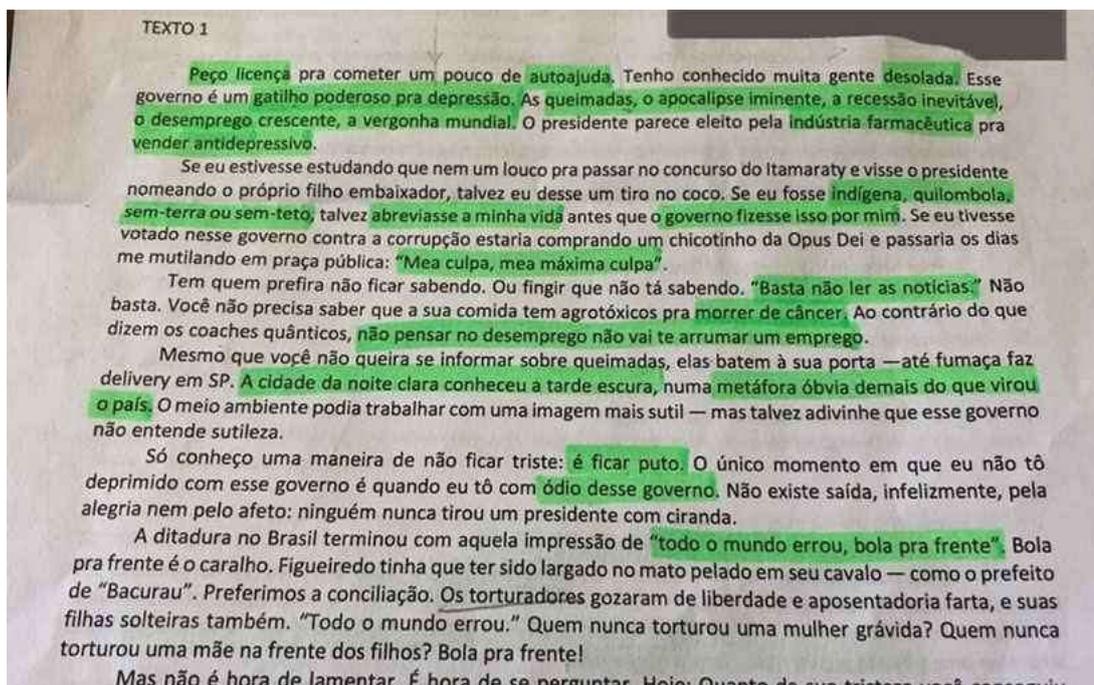
A frase está em quase todas as páginas do site, fazendo com que a frase fique solta, sendo um erro incontornável, devido ao fato de não levarem em consideração o contexto da frase e nem o momento da época de Weber, o autor estava descrevendo o ambiente escolar do seu tempo, o autor queria que separar o uso ideológico da sociologia do seu uso científico, a educação do século XIX da Alemanha era vinculada ao extremo protestantismo e a visão do mundo era voltada para uma vida de obediência, uma educação que não tinha um censo crítico. Na verdade, Max estava justamente criticando esse tipo de educação que o movimento defende.

É claro que alguns dos professores de fato não tem uma postura adequada em sala de aula, e que por muitas vezes utilizam de textos para expor seus pensamentos políticos e partidários, no site do Movimento Escola Sem Partido (<http://www.escolasempartido.org>), tem alguns depoimentos e provas que comprovam esses atos, um dele é uma prova da disciplina Língua Portuguesa, no Colégio Loyola, de Belo Horizonte, o texto era do humorista Gregório Duvivier, no texto da prova que valia 12 pontos, o texto continhas as seguintes falas “Peço Licença pra cometer um pouco de autoajuda. Tenho conhecido muita gente desolada. Esse governo é um gatilho poderoso pra depressão. As queimadas, o apocalipse iminente, a recessão inevitável, o desemprego crescente, a vergonha mundial. [] ... Se eu fosse indígena,

quilombola, sem-terra ou sem teto, talvez abreviasse a minha vida antes que o governo fizesse isso por mim. Se eu tivesse votado nesse governo contra a corrupção estaria comprando um chicotinho da Opus Dei e passaria os dias me mutilado em praça pública: “Mea culpa, mea máxima culpa” [] ... Só conheço uma maneira de não ficar triste: é ficar puto. O único momento em que eu não tô deprimido com esse governo é quando eu estou com ódio desse governo. [] ... A ditadura no Brasil terminou com aquela impressão de “todo o mundo errou, bola pra frente”. Bola pra frente é o caralho.”

O texto da prova causou indignação nos estudantes e nos seus pais, a prova foi anulada. Segue abaixo uma imagem do texto que estava na prova.

Figura 1 Texto do Gregório na Prova de Língua Portuguesa



Segundo Nagib 2019, a professora utilizou da obrigatoriedade de uma prova para que os alunos lesse o texto, afinal, nem todos iriam ler se o texto não fosse exposto desta maneira, já que a maioria dos alunos não se importam com a opinião política do Gregório, para ele, a prova foi uma falta de respeito com os estudantes e com os seus familiares que votaram no Presidente, a professora não teve o cuidado ao escolher esse texto, levando para sala de aula uma atitude

antiprofissional e totalmente doutrinador, pelo o fato dos alunos não poderem rebater o texto já que o mesmo não foi posto em debate.

Por esse e outros exemplos, os apoiadores do movimento e do programa sente, cada vez mais uma necessidade de interferir que atos como esse sejam comum nas salas de aulas.

É notável que a escolha do texto foi péssima e que o mesmo não passava uma visão política democrática, o autor do texto além de usar palavrões, ele incentivava os índios e os quilombolas a tirar a própria vida, e afirmava que o governo poderia fazer isso a qualquer momento, agora imaginamos, um adolescente ou uma criança, indígena lendo isso? Qual seria a sua reação diante dessa leitura?

É claro, que em como toda profissão haverá profissional que terão atitudes antiprofissionais, e que o mesmo deverá ser punido pelo os seus erros e pela as consequência do mesmo. Mas, a questão central é, será que todos os professores são assim? Podemos pegar uma exceção e fazer dele uma regra?

Quais são as reclamações que a educação brasileira está recebendo e vivenciando no seu dia a dia, será mesmo que a doutrinação nas salas de aulas ou a falta de infraestrutura das escolas? a falta de material didático? a desvalorização do professor? É, claro que todas essas questões são importante, mas temos que olhar qual delas é a mais gritante, qual delas que precisam ser melhoradas imediatamente, se for a doutrinação que sejam feitas as atitudes necessárias, mas que também seja feita da mesma maneira com a falta de matérias didáticos, com a falta de infraestrutura, com a desvalorização dos professores, e a falta de formações continuadas.

A educação brasileira precisa de um novo olhar, de um novo rumo, para alcançamos uma educação de qualidade, mas isso, acontecerá por meio de debates e discussões por aqueles que vivencia o cotidiano das escolas e da educação, pessoas que de fato sabem quais as necessidades e exigências da educação brasileira ou seja a comunidade escolar.

O movimento e programa escola sem partido gerou conflitos e debates na área da educação brasileira, em 2018 o Projeto de lei Escola sem Partido foi

arquivado, e o movimento escola sem partido, em 2019 suspendeu suas atividades no mês de Agosto, depois de uma década sendo ativo. O atual presidente Jair Bolsonaro não deu o apoio esperado para o projeto e nem para o movimento, segundo o coordenador do projeto, Nagib o presidente “não tocou mais no assunto” e segundo ele, sem esse apoio, o projeto não terá o avanço necessário que é esperado por ele e por todos que o apoia.

## **5. Considerações Finais**

A produção deste trabalho lançou-se ao desafio de estudar e analisar as influências das ideologias partidárias no processo de ensino, tendo em consideração a escola como um aparelho ideológico de estado e como um lugar de disputa das ideologias divergentes.

A pesquisa teve como objetivo mostrar que a escola está sendo usada pelo Estado como um aparelho ideológico, onde a mesma utiliza do seu ofício para manter a desigualdade social por meio do seu ofício ao invés de ser utilizada como um meio de transformação social por meio de uma educação que possibilite aos seus alunos um desenvolvimento crítico e intelectual, um ensino que vá além do mercado de trabalho e que de fato forme o aluno para a cidadania, onde o mesmo seja capaz de respeitar a pluralidade social.

Antes de adentrarmos na escola como um aparelho ideológico de estado e como um campo de disputa das ideologias partidárias, adentramos na pesquisa do termo ideologia e do seu surgimento, por meio de um estudo bibliográfico acerca dos pensamentos dos filósofos e sociólogos internacionais e nacionais, e a partir deste estudo chegamos nos aparelhos ideológicos do estado, que fazem com que a ideologia se torne prática por meio do seu discurso que é transmitido aos indivíduos por meio do seu ofício, sem fazer necessário do uso da força.

O Estado por meio da sua organização política e social se torna essencial para uma sociedade democrática que tem consciência dos seus direitos e deveres, é dever do Estado fornecer para os seus cidadãos a escolarização, sua organização e sistema, é direito dos indivíduos o voto, e por meio dele eleger candidatos que de fato tenha conhecimento sobre a importância do ofício da escola e de todo o seu sistema, que enxergue a educação como um meio de

transformação social e de transformação de si próprio, como indivíduo. É necessário que todos entendam que o ensino é muito mais do que a transmissão do conhecimento para o mercado de trabalho por meio de todas as habilidades adquiridas no processo escolar.

O análise no programa e no movimento Escola sem partido conseguiu mostrar que a escola está sendo de fato usada como um lugar de lutas ideológicas partidárias, embora o programa escola sem partido não tenha de ato conseguido ser aceito e entrar em vigor conforme o querer do seu criador, o programa conseguiu chamar a atenção de muitos, gerando debates acerca do posicionamento do professor em sala de aula, diante de assuntos que tenha mais de um ponto de vista, o programa luta por um posicionamento neutro do professor em sala de aula.

A neutralidade como já foi demonstrada no trabalho, é impossível, todo ser humano tem suas convicções e discurso ancorado naquilo que o mesmo acredita e defende, o que o professor pode e dever fazer, é abrir o debate sobre o assunto, apresentado todas os pensamentos acerca do conteúdo, fazendo com que os alunos escutem outras opiniões além da dele, para que o mesmo entenda que durante a vida social ele terá que lidar com pessoas que pensam diferente dele, e que o mesmo deve respeitar os pensamentos e ideias de todos que o cerca, levando em consideração a suas próprias ideias.

O próprio programa que se autodomina como neutro e afirmar não ter uma ideologia partidária, age de uma maneira contraditória, o mesmo usa como exemplo somente situações que compromete os professores que tem no discurso uma ideologia partidária esquerdista, deveria ter todos os exemplos de todos os professores que em sala de aula utiliza do seu trabalho para propagar os seus interesses particulares.

Não podemos de maneira alguma achar que nenhum professor utiliza o seu trabalho de uma forma inadequada e impropria, usando das suas aula como um meio de fazer política e até mesmo de praticar nele violência e injustiça, lembrando que infelizmente isso acontece em qualquer ambiente de trabalho, seja na área da segurança, da política, no jornalismo, enfim, cabe a todos ficarem atentos para que quando isso venha acontecer os responsáveis seja

merecidamente e justamente punido segundo suas ações, o que não pode acontecer, é fazer que os casos isolados se tornem a regra.

Vivemos numa sociedade injusta, cheias de desigualdades, que abandona suas escola e não valoriza os profissionais da educação (CHARLOT, 2005), onde é mais importante demonizar o professor do que apoiá-lo e incentivá-lo, onde a escola é usada como um instrumento para transmitir as ideologias dominante que estão no poder do Estado, que não luta por uma educação de qualidade, que vá além de uma educação para o mercado do trabalho.

É nosso dever enquanto conhecedores do poder de uma educação de qualidade, transmitir os conteúdos e ensinamentos em sala de aula, promovendo aulas e debates que prepare o aluno para a vida social, para o convívio com o outro, fazer do aluno protagonista da sua própria história, tornando cada vez mais alunos em cidadãos crítico que lute pela igualdade e que repudie toda ideologia que seja usada para a opressão e toda injustiça social, tornando a sala de aula um lugar onde respeitamos as diferenças e as singularidades de todos.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. In ZIZEK, Slavoj. Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto.

Apple, Michael W. **Ideologia e currículo**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2008.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**, 22 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BEDINELLI, Talita. O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis. El País Brasil, Política. São Paulo, 25 jun. 2016a. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550\\_367696.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html)>. Acesso em: 24 jan. 2020.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2009

BOBBIO, **Estado, governo, sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992

\_\_\_\_\_. Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BORDIEU, Pierrel PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOSI, A. **Ideologia e contraideologia: temas e variações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

CABRAL, João Francisco Pereira. "**Ideologia**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/ideologia.htm>. Acesso em 22 de novembro de 2019.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o Saber, Formação dos Professores e Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Ideologia e sociedade**. Revista Educação & Sociedade. Campinas, ano II, n. 5, p. 249, jan. 1980

\_\_\_\_\_. Marilena. **O que é Ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

ESCOLA SEM PARTIDO – educação sem doutrinação. Constitucionalidade 2020. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/constitucionalidade>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Portal Escola Sem Partido. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org>>, acesso em 15 jan, 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Portal Escola Sem Partido. Disponível em:<<http://www.escolasempartido.org/corpo-de-delito/973/>>, acesso em 15 jan, 2020.

FALEIROS, V. P. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1993. Col. Questões de nossa época.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GADOTTI, M. **Educação e poder: introdução a Pedagogia do conflito**. 1. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

GALLO, Silvio. **Educação, ideologia e a construção do sujeito**. PERSPECTIVA. Florianópolis, v.17, n. 32, p. 189- 207. 1999.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, p. 342-365. 2005.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – 5a edição

LIMA, Hermes. **Introdução à Ciência do Direito**. 29. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1989.

LIMA, Licínio C. **APRENDER PARA GANHAR, CONHECER PRA COMPETIR: sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”**. São Paulo: Cortez, 2012.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e escritos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista**. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Michel. **As Aventuras de Karl Max contra o Barão de Münchhausen: o marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. Michael; **Ideologias e Ciência Social**; São Paulo; Cortez Editora; 1995.

MAZZILLI, Marcelo. **Estado? Não Obrigado**. 1 ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MELLO FILHO, José Celso. **Constituição Federal anotada**. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MIGUEL, Luis Felipe. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”:  
Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro**. Direito e Práxis. Rio de Janeiro, v.7, n.15, 2016.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 19 ed. São Paulo: Papyrus, 2011.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do Direito**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

PENNA, Fernando. **“Programa “escola sem partido”:  
uma ameaça à educação conservadora”**. In: GABRIEL, Carmen; MONTEIRO, Ana Maria & Martins, Marcus Leonardo (orgs). *Narrativas do Rio de Janeiro nas salas de aula de história*. Mauad X, Rio de Janeiro, 2016.

PINTO, A.V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica. Primeiras aproximações**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

\_\_\_\_\_. **Escola e Democracia**. 32. ed. SP: Cortez, 1989.

SOUZA, José Pedro G.; GARCIA, Clovis L.; CARVALHO, José F. T. **Dicionário de Política**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1998.

STRECK E MORAIS, Lenio Luiz; Jose Luis Bolzan. **Ciência política e teoria do estado**. 8. ed. rev. e atual. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

VIEIRA, Evaldo. Estado e política social **"Educação e sociedade"** SP, Jan. 1979.

WEBER, Marx. **A Ciência como Vocação**. In: WEBER Marx. **Ciência e Política: Duas vocações** – Brasília: Ed UnB/ São Paulo: Cultrix, 1983 p. 15-52.